



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 121

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 121

111ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Edgar Bueno 10

Dep. Luiz Claudio Romanelli 11

Dep. Luciana Rafagnin 13

Dep. Professor Luizão 14

Dep. Durval Amaral 14

Dep. Reni Pereira 15

Dep. Caíto Quintana 16

Dep. Luiz Eduardo Cheida 17

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 12

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 21

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 22

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

Redação Final 26

3ª Discussão 29

2ª Discussão 29

1ª Discussão 29

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 32

DIÁRIO Nº 121

111ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes e Péricles de Mello (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Dr. Batista, Fábio Camargo e Marcelo Rangel (03).

Em licença os Srs. Deputados: Antonio Belinati e Carlos Simões (02)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/G 064/08 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando que estará afastado do país no período de 25/10 a 06/11/08, em viagem oficial aos Emirados Árabes e ao Japão. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DRDO-C/0465/08/DEN do Sr. Luiz Antonio Rossafa, Diretor de Engenharia da COPEL, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Tadeu Veneri, que solicitam esclarecimentos sobre investimentos da COPEL em cerca de 12 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e Pequenas Centrais Termelétricas - PCTs, bem como na Usina Hidrelétrica Mauá. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 1737/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita esclarecimentos sobre a cessão de terreno da Universidade Estadual de Ponta Grossa para o estado do Paraná, com o objetivo de construir o hospital regional de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1374/07/Gab/SEDU do Sr. Luiz Forte Neto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, complementando a resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Cida Borghetti, Douglas Fabrício, Edgar Bueno, Antonio Belinati, Ademar Luiz Traiano, Rui Hara e Elio Rusch,

que solicitam esclarecimentos sobre os municípios que já apresentaram os Planos Diretores de que trata o Estatuto das Cidades. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 4988 COCEC/CGCON/DEPIN/FUNASA da Sra. Elizabeth Regina dos Santos Fragoso, Coordenadora da COCEC do Ministério da Saúde, encaminhando cópia do Termo de Convênio, cópia do extrato de publicação no D.O.U. e cópia das ordens bancárias, visando o pleno acompanhamento e execução do Convênio nº 1049/04 que entre si celebram a Fundação Nacional de Saúde, e a Secretaria de Estado de Obras Públicas/PR, visando a execução de sistema de esgotamento sanitário. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 620/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado, Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Segundo Termo Aditivo de Prorrogação de Ofício do Convênio nº 112/06, bem como publicação do Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AF/DEFIN/GTES-00303/08 do Sr. Ricardo Jorge da Silva Marques, Gerente da GTES/DEFIN/AF do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social, comunicando que o BNDES efetuou no dia 25/09/08, liberação de recursos financeiros para o estado do Paraná, no âmbito do contrato nº 2222441, no valor total de R\$ 3.000.059,38. **Ao conhecimento da Casa.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA OFÍCIO Nº 055/08

Curitiba, em 15/10/08.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, venho através do presente solicitar seus préstimos, no sentido de disponibilizar o plenarinho desta Casa no dia 26 de novembro, das 10h às 13h, bem como, os serviços de cerimonial, administrativo e de comunicação da Casa, para que esta Comissão possa realizar as Audiências Públicas acerca do Projeto de Lei nº 402/08 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS; em diversos municípios.

Na expectativa da atenção de V. Exa., antecipo agradecimentos, reiterando manifestação de estima e apreço.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 15/10/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa., que estarei au-

sente da Sessão Plenária no dia 15 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) MARCELO RANGEL

Indicações

INDICAÇÃO Nº 253/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Sr. Gilberto Berguio Martin, a implantação de uma Clínica da Mulher no município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário da Saúde, a implantação de uma Clínica da Mulher no município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Herley Kleber Dantas de Oliveira, da Câmara Municipal de Goioerê/PR.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação de uma Clínica da Mulher no município de Goioerê possibilitará atendimento mais ágil na área da Saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultra-sonografia, exames laboratoriais e outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, permitindo um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher, além de agilizar a realização de exames especializados, a clínica da mulher será um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém nascidos.

INDICAÇÃO Nº 254/08

SÚMULA:

Dispõe sobre a entrega da Carteira Nacional de Habilitação pela ECT - Empresa de Correios e Telégrafos.

Ao Exmo. Sr. David Antonio Pancotti, Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Diretor, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, que disponibilize ao usuário a opção de poder escolher em receber a Carteira Nacional de Habilitação em seu endereço residencial ou comercial via correio.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se que a opção da escolha facilitaria ao usuário para receber a Carteira Nacional de Habilitação no endereço que melhor lhe for conveniente, pois a maioria das pessoas trabalham durante o período que o correio faz a entrega de correspondências, assim não tendo ninguém no domicílio para receber, o que gera sérios problemas para aqueles que não dispõem de tempo hábil para se deslocar à uma agência do correio para retirar o devido documento.

Com a opção de poder escolher o endereço, diminuiríamos custo e tempo, visto que a correspondência permanece em poder do carteiro até a terceira tentativa de entrega.

INDICAÇÃO Nº 255/08

SÚMULA:

Propõe a implantação de linha de ônibus de Mirador até Paraíso do Norte.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização de implantação de uma linha de ônibus de Mirador até Paraíso do Norte.

2 - A solicitação justifica-se que no município não há nenhuma linha existente, o que causa transtorno à população. Tal linha poderá ser implantada, usando a mesmo que serve a Paranavaí.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 256/08

SÚMULA:

Propõe recape asfáltico na rodovia PR-559, trecho do trevo de Paraíso do Norte até Mirador.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização de recape asfáltico na rodovia PR-559, trechos do trevo de Paraíso do Norte até Mirador.

2 - A solicitação justifica-se para a melhoria da estrada que encontra em estado lastimável.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2732

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 15 e 16 de outo-

bro do corrente ano, devido compromissos assumidos anteriormente.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 2736

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Lourival Tostes (Vazico), pai do Vice-Prefeito de Itambaracá, Sr. Amarildo Tostes.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2710

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Sr. Tamas Rohonyi, pelo excelente trabalho que vem realizando há 30 (trinta) anos, como organizador do Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1. O resultado da competência do homenageado é visível pela beleza e seriedade do evento, que tanto engrandece e orgulha nosso país.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado através de correspondência a ser enviada a este Gabinete Parlamentar, para ser entregue em mãos.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2711

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Alex Faria, eleito pelo PRB do município de Jataizinho.

Requer ainda, que seja enviada correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2712

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Bidu, eleito pelo PRB do município de Jataizinho.

Requer ainda, que seja enviada correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Eduardo Ribeiro, eleito pelo PRB do município de Ribeirão do Pinhal.

Requer ainda, que seja enviada correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2714

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Júlio Rosa, eleito pelo PRB do município de Ribeirão do Pinhal.

Requer ainda, que seja enviada correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2728

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente da APP - Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná, Sr. José Rodrigues Lemos, enviando ao mesmo voto de congratulações pela comemoração do Dia do Professor, com votos extensivos à valorosa classe.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2729

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Moisés Soares Ribeiro, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Sabáudia.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2730

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito Almir Batista,

enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição ao cargo de Prefeito de Sabáudia.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2731

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para posteridades, voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Ball Club pela passagem dia 12 último de seus 99 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Jair Cirini, DD. Presidente do Coritiba Foot Ball Club, para que receba e transmita à todos os companheiros de diretoria, atletas e sócios do alviverde.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Coritiba Foot Ball Club completou no último dia 12, 99 anos de sua existência.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. Eis porque nosso coração se enche de júbilo como antigo torcedor e conselheiro ao ensejo das comemorações pelas festividades de aniversário.

Bem haja aqueles que não pouparam esforços para proporcionar festividades durante todos esses 99 anos.

O esporte é uma escola. Nela se aprende a dominar a vontade e a coordenar os impulsos. De que valeria a força bruta, se a inteligência não a norteasse!

Hoje em dia, em que tudo obedece a determinadas técnicas, o esporte é por excelência o seu campo preferido. E técnica quer dizer coerência.

No ano de 1909, diversos jovens se reuniram no Clube Ginástico Teuto-Brasileiro para as suas exibições de ginástica. No entanto, a atração de uma das reuniões de setembro acabou sendo outra. A atenção de todos estava voltada para Frederico Fritz Essenfelder, importante membro do grupo, que apareceu no local com uma bola de couro na mão. Após alguns cabeceios e embaixadas, Essenfelder apresentou o objeto aos colegas, explicando que se tratava de uma bola de futebol.

O grupo de jovens se encantou com o novo esporte, e passou a promover partidas entre eles no campo do Quartel da Força Pública. Em pouco tempo, todos estavam completamente apaixonados e decidiram fundar um clube para a prática do futebol, primeiramente chamando de Coritibano Football Club. A fundação ocorreu no antigo Teatro Hauer, na noite de 12/10/09.

Faltava agora um campo para jogar, problema que foi resolvido quando os fundadores conseguiram autorização para usar área do Jôquei Clube Paranaense. A área foi reformada com obras de terraplanagem, gramado e construção de cercas de arame. O clube jogou ali até

1916, quando passou a mandar seus jogos no Parque Gracioso.

A primeira assembléia foi realizada em 21/04/10, após o clube ter solicitado todas as regras do esporte no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nessa assembléia, o nome do clube foi alterado para Coritiba, antigo nome da capital paranaense e que foi mantido mesmo com a mudança do seu nome da cidade. Foi nessa assembléia também que aconteceu a votação para a primeira diretoria, composta pelo Presidente João Viana Seiler e seu vice Arthur Hauer, 1º e 2º Secretário José Júlio Franco e Leopoldo Obladen respectivamente, 1º e 2º Tesoureiro Walter Dietrich e Alvim Hauer respectivamente e capitão Fritz Essenfelder.

Na época, a capital do Paraná recebia o nome com duas grafias: Coritiba e Curityba. Muitas cartas, jornais e documentos daquela época, até hoje existentes na biblioteca de Curitiba, usavam normalmente a grafia Coritiba e esta foi tirada e adotada para o nome do clube. Embora cause alguma curiosidade, já não provoca confusão, e todos sabem que o nome inspirou-se na capital do Paraná. Também as cores, verde e branco, são uma referência as da bandeira do estado.

Em 1920 o time é campeão do Torneio Início, e novamente no ano seguinte, assim como também no Torneio da Cruz Vermelha e do Torneio de Tiradentes. Em 1927, já com Antonio Couto Pereira como Presidente, o Cori vence o Campeonato da Cidade e a Taça Fox. Em 02 de janeiro, Staco marca sete gols na vitória de 9 a 0 sobre o Savóia. O Coritiba foi campeão do Torneio Início em 1930 e 1932 e do Campeonato da Cidade e do Campeonato Paranaense de Futebol de 1931. No mesmo ano foi inaugurado em 19 de novembro o estádio Belfort Duarte.

Segue então uma fase de vitórias em campeonatos, contando com Campeonato da Cidade (1933, 1935 e 1939), Torneio Arthur Friedenreich (1934) e Torneio do Início (1939).

Em 1941, durante um Atletiba, o futuro Presidente do Clube Atlético Paranaense, Jofre Cabral e Silva, foi tomado pelas emoções do grande clássico e não parou de berrar contra o zagueiro alviverde. Primeiro o chamou de quinta coluna, em referência a ameaça nazista. Depois, com os nervos ainda mais à flor da pele, engatou de pertinho do campo um grito incandescente: Coxa Branca!

O apelido acabou pegando, e no início incomodava não só o Presidente Couto Pereira, como toda a torcida alviverde. Com o tempo, porém, o clube passou a contratar jogadores de todas as partes do Brasil e acabou perdendo a velha característica germânica. Com isso, o apelido Coxa acabou sendo adotado também pela torcida do Coritiba e é hoje uma forma carinhosa de se referir ao Verdão.

No começo da década de 1940 o time repete os títulos de 1939, sendo marcados pelos primeiros bicampeonatos do Coritiba. Neno marca sete gols na vitória de 10 a 2 sobre Jacarezinho em 01/02/42. Venceram os torneios imprensa e Luís Aranha em 1943, e o torneio Getú-

lio Vargas no ano seguinte. Em 1945 conquistam o torneio Cidade de Curitiba. Na mesma época Couto Pereira deixa a presidência do clube após dois mandatos e 13 anos no comando do time. O alviverde venceu o Campeonato da Cidade e o Campeonato Estadual em 1946 e 1947. Em 12/07/49 realizou o primeiro amistoso entre um clube paranaense e uma equipe estrangeira, vencendo o Rapid de Viena por 4 a 0 na Vila Capanema.

O time conquista em 1950 o Torneio Triangular de Curitiba, e tanto em 1951 quanto no ano seguinte o Torneio Início e o Campeonato Estadual. São campeões em 1953 dos Torneios Quadrangular Interestadual e Quadrangular de Londrina. Tanto em 1954 quanto em 1956 e 1957 o Coritiba é campeão paranaense, em 1956 sob o comando de Ayrton Cornelsen, que permaneceu na presidência até 1963. Em 1957 o time ainda ganha o Torneio Início.

Em 1959 e 1960 o Coxa é bicampeão paranaense. Nessa época o time perdeu o célebre jogo da moeda para o Grêmio, pela Taça Brasil de 1960. Evangelino da Costa Neves é eleito em 1967 Presidente do clube, permanecendo por mais de 20 anos, em três mandatos. Em 1968 o time é campeão paranaense após oito anos de jejum. Também vence o Torneio Internacional de Verão (que levaria também em 1970 e 1971). Também enfrentou (com a camisa da Federação) a seleção brasileira, resultando em 2 a 1 para o Brasil, partida essa realizada em 13 de novembro.

Em 1969 o Coritiba é bicampeão estadual e faz a primeira excursão para o exterior. No ano seguinte, querendo agitar a torcida e reunir recursos para aumentar o Belfort Duarte, Evangelino usa a estratégia do concorrente Atlético e passa a fazer contratações de vulto. Na primeira leva chegam Rinaldo (ex-Palmeiras), Joel Mendes (ex-Santos) e Hidalgo (ex-XV de Piracicaba), que faria história como capitão da equipe. O time então faz nova excursão à Europa e África.

Em 1971 o Coxa assume a hegemonia definitiva do futebol paranaense na chamada década de ouro. O título estadual abre a série do hexacampeonato. E o quinto lugar na primeira edição do campeonato brasileiro. Em 1972, na terceira excursão internacional, consegue invencibilidade e recebe a Fita Azul, sendo também coroado campeão paranaense. No ano seguinte vence o Torneio do Povo e o Campeonato Estadual. No período entre 1974 e 1976, os três títulos estaduais finalizam a maior sequência de vitórias na história do profissionalismo no futebol paranaense. Conquistam ainda o Quadrangular de Goiás em 1975 e a Taça Cidade de Curitiba em 1976 e 1978.

O nome do estádio é alterado para Major Antônio Couto Pereira em 1977, e em 1979 o time é bicampeão estadual. Em 1980 o alviverde é o terceiro colocado do campeonato brasileiro. Após a competição, entra em crise administrativa e financeira que reflete no futebol, e que deixou a equipe sem títulos importantes até 1985.

O time vence em 1981 o Quadrangular do Trabalhador, mas quase cai para a segunda divisão paranaense.

Pelas más campanhas no Estadual, participam em 1982 a 1983 da Taça da Prata, a segunda divisão do campeonato brasileiro. Na mesma época vencem o Torneio Ak-Waba. Em 1984 o Coxa volta à primeira divisão e termina o Campeonato Brasileiro em oitavo lugar.

Em 1985 acontece a maior glória do Coritiba e do futebol paranaense até então. Desacreditada, a equipe comandada por Enio Andrade suplanta os desafios e conquista o título brasileiro vencendo nos pênaltis o Bangu em pleno Maracanã. Levaram também o Torneio Maurício Fruet. No ano seguinte o time participa da Taça Libertadores da América com uma campanha discreta e é campeão paranaense. Dois anos após o título nacional o time é convidado pelo Clube dos 13 e participa da Copa União.

Em 1988 o Coritiba quase cai para a segunda divisão paranaense. Usando os preceitos de Neves, o Presidente Bayard Osna reformula a equipe no ano seguinte e conquista o Campeonato Estadual. Fazia boa campanha no Brasileiro, mas não vai a Juiz de Fora enfrentar o Santos e é suspenso pela CBF com a queda automática para a Série B. O drama do ano anterior ainda abate o clube, que perde o Estadual para o Atlético em 1990. Beneficiado pela CBF, que havia extinguido a terceira divisão, o Cori disputa a segunda divisão, e só cai nas semifinais ante ao Guarani. Em 1995, após uma derrota para o Matsubara, Evangelino Neves é pressionado para deixar o clube. Edison Mauad, Sérgio Prosdócimo e Joel Malucelli assumem o Coritiba e lutam para apagar as dívidas e montar um bom time. Conseguem, e recolocam o Cori na primeira divisão.

Em 1997 o Coxa é campeão do Festival do Futebol Brasileiro. No ano seguinte faz ótima campanha no Campeonato Nacional, sendo eliminado pela Portuguesa nas quartas-de-final. Em 1999 é sagrado campeão paranaense. Em 2002, depois de um início claudicante, o Cori melhora na temporada e brilha como uma das melhores equipes do campeonato brasileiro. Nos próximos dias, lança o projeto de clube-empresa. No ano seguinte, além de ser campeão estadual invicto, o time chega em quinto no Campeonato Brasileiro e conquista o direito de disputar a segunda Libertadores da América de sua história.

O ano de 2004 começa com o bicampeonato estadual em cima do Atlético Paranaense, no Kyocera Arena, vencendo seu arquirival em decisões como não ocorria desde 1978, após empate em 3x3. Em compensação, não vai bem nas copas Sul-Americana e Libertadores e é eliminado na primeira fase de ambas.

Após campanha aquém no Campeonato Brasileiro de Futebol de 2005, o time foi rebaixado para a Série B da competição, assim como Atlético Mineiro, Paysandu e Brasiense. Naquele ano, o Coritiba teve a quarta maior média de público do campeonato, com 18.688 pessoas.

Em 2006, o time começou sob o comando do técnico Marcio Araújo, e posteriormente Estevam Soares. Após eliminações no Campeonato Paranaense e na Copa do Brasil, Estevam foi demitido, sendo substituído por

Paulo Bonamigo. Durante o Campeonato Brasileiro, o Coritiba chegou a liderar a competição por diversas rodadas, mas acabou em sexto lugar, não conseguindo uma das quatro vagas disponíveis para voltar à Série A.

Com a saída do técnico Bonamigo, João Carlos Vialle foi contratado como Diretor de futebol do clube. Após breves passagens de técnicos, Guilherme Macuglia era o novo técnico, assumindo a posição durante o Campeonato Paranaense, a Copa do Brasil e parte do Campeonato Brasileiro. Em junho de 2007 Renê Simões é contratado como novo técnico após demissão de Macuglia. Simões já era reconhecido por ter treinado a Seleção Brasileira de Futebol Feminino e a Seleção Jamaicana de Futebol.

Durante esse período, os jogadores revelados pelas categorias de base do clube destacavam-se no time, como o zagueiro Henrique, os meias Marlos e Pedro Ken e o atacante Keirrison, além de jogadores como Gustavo, Túlio e o goleiro Edson Bastos.

Em 03/11/07, no Estádio Major Antônio Couto Pereira e valendo pela 34ª rodada, o Coritiba empatou com o Vitória e garantiu matematicamente o acesso à Série A do Campeonato Brasileiro. Após possibilidade de obtenção do título do campeonato em partidas contra Avaí em Florianópolis, Portuguesa e Marília em casa, a decisão do campeonato foi adiada para a última rodada, contra o Santa Cruz no Estádio do Arruda. Com a vitória, o time sagrou-se campeão da Série B do Campeonato Brasileiro de 2007.

No Campeonato Brasileiro de 2008, vem com uma campanha razoável, alternando entre o 5º ao 7º posto na tabela. Conta com o apoio de sua torcida durante os 90 minutos. Fator responsável pela boa campanha.

Saúdo-vos mais uma vez o Coritiba Foot Ball Club, um exemplo digno de ser seguido pelas gerações vindouras, o orgulho de ser adepto de um clube quase centenário.

REQUERIMENTO Nº 2715

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção de uma escola estadual na região do Porto Meira, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2716

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção de uma escola

estadual no Jardim Carimã ou proximidades, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2717

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção de uma escola estadual no Jardim Bárbara, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2718

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção de uma escola estadual no Jardim Santa Rita, região de Três Lagoas, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2719

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção de uma escola estadual no Jardim Bela Vista, região do Jardim São Paulo, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2720

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção da cobertura da quadra de esportes no Colégio Estadual Carlos Drummond de Andrade, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2721

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário,

rio, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção da cobertura da quadra de esportes no Colégio Estadual Cataratas do Iguaçu, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção da cobertura da quadra de esportes no Colégio Estadual Dom Pedro II, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2723

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção da cobertura da quadra de esportes no Colégio Estadual Ipê Roxo, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2724

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção da cobertura da quadra de esportes no Colégio Estadual Jorge Schimmelpfeng, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2725

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizada a construção da cobertura da quadra de esportes no Colégio Estadual Sol de Maio, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2726

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizado os reparos no muro do Colégio Estadual Ipê Roxo, no município de Foz do Iguaçu. A solicitação encontra-se na Secretaria de Educação, protocolado sob nº 07.215.329-4.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2727

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes no sentido de ser agilizado os reparos no muro do Colégio Estadual Ipê Roxo, no município de Foz do Iguaçu. A solicitação encontra-se na Secretaria de Educação, protocolado sob nº 07.215.329-4.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2734

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes em relação a propriedades invadidas e pessoas feitas reféns no município de Nova Aurora, no oeste paranaense.

Fatos preocupantes chegaram ao conhecimento de nosso gabinete parlamentar, dando conta de que dois agricultores - Claudino Rodrigues e Edmar Chaves - tiveram suas propriedades invadidas no interior daquele município. Várias pessoas foram feitas reféns, inclusive a mãe (uma senhora de 79 anos) e um sobrinho do primeiro que ficaram sob a mira de revólver, além de manterem o segundo com a esposa e filhos (um menino de nove anos e uma menina de 13 anos), cometendo abuso sexual contra a menor.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 2733

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda SEFA, Dr. Heron Arzua, após ouvido o douto Plenário, informar, relativamente à comercialização do álcool hidratado no estado, qual o montante devido informado e qual o montante arrecadado mensalmente de ICMS, a

partir de janeiro de 2007 até o mês de agosto de 2008, mês a mês;

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(aa) EDGAR BUENO, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, ROSANE FERREIRA, RENI PEREIRA e PASTOR EDSON PRACZYK.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 411/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação de Proteção dos Animais, do Meio Ambiente e do Direito Humano, com sede e foro no município de Guaíra.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção dos Animais, do Meio Ambiente e do Direito Humano, é entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover ações ambientais que consistem em incentivo à preservação ambiental, conscientização e educação ambiental em escolas públicas ou particulares, construção e manutenção de hortos florestais, dar assistência veterinária a espécies da fauna silvestre. Constituída em 29/10/06, portanto há aproximadamente 02 (dois) anos.

Para que a Associação de Proteção dos Animais, do Meio Ambiente e do Direito Humano possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembléia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 412/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná proibido de aprovar e liberar financiamento, através do Paraná Urbano, para a construção de novas obras, em municípios onde existam obras financiadas pelo Governo do Estado que se encontrem inconclusas abandonadas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/10/08.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Não é incomum encontrar obras inacabadas e abandonadas nos municípios no nosso estado. Tal fato, além de configurar descaso do administrador com o dinheiro público, demonstra também desrespeito pela população que necessita dos serviços públicos, tais como escolas, postos de saúde, creches, entre outros.

Não se encontra lógica no fato de liberar verbas para a construção de novas obras quando outras, mais antigas, foram abandonadas inconclusas.

Deste modo, o presente projeto de lei pretende proibir tal desperdício de dinheiro público e chamar à responsabilidade o administrador que o faz, e, para tanto, contamos com o apoio dos nobres Deputados e Deputadas desta Casa de Leis.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Edgar Bueno.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente fazer uma saudação ao meu suplente, que assumirá em janeiro, Fernando Scanavaca, que hoje nos dá a honra de sua presença. Tenho certeza que fará um grande trabalho na Assembléia Legislativa, graças à sua experiência e à firmeza a respeito dos assuntos que interessam a população. Seja bem-vindo a esta Casa!

Recebi um e-mail da região de Cascavel, de Nova Aurora onde a bandidagem está imperando. Há 20 dias um cidadão, proprietário agrícola, foi assaltado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, preste bem atenção, pois vamos precisar de sua ajuda para que esses problemas sejam resolvidos.

Então, há 20 dias uma família foi assaltada à noite. Uma senhora de 70 anos, na mira de um revólver, foi levada para um quarto. Toda a família foi levada para o quarto. Em um garoto de 21 anos da família teve que abastecer a caminhonete e o trator para serem roubados na sequência, todos sob a mira de um revólver. Ontem à noite mais três famílias foram assaltadas na mesma região, onde levaram equipamentos agrícolas, e pior, uma criança de 13 anos foi estuprada pelos bandidos.

Está aqui, Deputado Romanelli, nos ajude a cobrar o nosso Secretário da Segurança do Estado do Paraná, que fala que aqui no Paraná temos a melhor Segurança da federação. Isso é uma falácia! Não é verdade! A cada dia que passa o interior sofre mais violência, porque, infelizmente, no estado do Paraná a Segurança não está sendo levada a sério.

Faço esse pronunciamento em defesa daquelas pessoas que estão desamparadas, sendo assaltadas, vendo suas filhas serem estupradas.

Estamos apresentando aqui um requerimento para que o Secretário da Segurança possa dar explicações sobre o que está acontecendo no Paraná, principalmente no oeste do Paraná.

Hoje o cidadão, dono da propriedade, não pode estar armado e os ladrões andam fortemente armados. Eles entram em qualquer propriedade porque sabem que um cidadão de bem não pode ter arma para defender-se ou defender a sua família.

Por mais que o Secretário Delazari pinte a melhor Segurança do Paraná, pinte os melhores dias, não é verdade. Não acredito mais nas palavras do Secretário da Segurança do Estado do Paraná, porque a cada dia aumenta a violência, a cada dia aumenta a insegurança do povo paranaense, e o nosso Secretário fica vendendo ilusões.

Isso não é mais possível, suportar. Deixo aqui este registro na defesa do interesse do povo do Paraná.

Deputado Romanelli, temos que tomar uma providência urgente no sentido de que essas explicações sejam dadas. Reparar o estupro feito com uma menina de 13 anos ninguém vai reparar. Ninguém consegue reparar essa violência, mas no mínimo que possamos proteger as futuras famílias que deverão ser assaltadas lá no município de Nova Aurora. Deputado, vou passar os documentos a V. Exa. para que possa nos ajudar a tomar providências mais enérgicas, no sentido que o povo possa ter mais segurança.

Meu abraço e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Vereador eleito em Maringá, Evandro Júnior, neto do nosso Presidente Hermas Brandão.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero dizer ao Deputado Edgar Bueno que, claro, todos nós vemos com preocupação a questão da Segurança Pública. O problema da violência, Deputado Edgar Bueno, é endêmico. Lamentavelmente, não é só no município de Nova Aurora. Infelizmente, temos que reconhecer que é um problema muito grande nos centros urbanos que têm maior densidade populacional e, ao mesmo tempo, é um problema que envolve o estado do Paraná e toda a federação brasileira.

Quero dizer a V. Exa. que são profundamente lamentáveis casos iguais a esses relatados por V. Exa., e entendo que a gestão da política de Segurança Pública no

estado, que é promovida pelo Secretário Luiz Fernando Delazari, tem que dar uma resposta objetiva a situações iguais a essa, tanto no que envolve o policiamento ostensivo repressivo, quanto também no que envolve a punição por meio da Polícia Judiciária, no caso da Polícia Civil. Vou encaminhar tanto seu pronunciamento quanto esses documentos que V. Exa. me oferece pedindo providências ao Secretário da Segurança Pública.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, retornar a esta tribuna para falar de um tema, Deputado Elio Rusch, que quanto mais eu leio, quanto mais eu discuto, mais eu vejo o quanto importante é esta Casa votar a reforma tributária. Ontem à noite, já tarde até, assistia pelo canal de televisão de rede pública de TV do Paraná, que é a TV Educativa, que, aliás, muita gente às vezes quer calar a TV Educativa, mas eu ouvia um pronunciamento que estava sendo feito pelo Secretário Especial de Governo, ex-Secretário da Indústria e Comércio, Secretário Luiz Mussi, de uma avaliação feita pelo Conselho de Política e Desenvolvimento Industrial do Estado do Paraná sobre a reforma tributária.

É muito interessante, porque, em primeiro lugar, o nosso projeto, V. Exas. sabem, tem um objetivo relevante, porque vai ao encontro de um princípio básico da incidência dos tributos indiretos, ou seja, as alíquotas do ICMS devem ser seletivas em função da essencialidade dos produtos. Em outras palavras, Deputado Elio Rusch, quando mais essencial o produto, menor é a sua alíquota. Por isso que estamos falando que esse projeto é para as classes C, D, e E, é para quem utiliza e consome os bens com o seu salário. Não é para os mais ricos, é para os trabalhadores.

Olha, uma constatação em relação ao conteúdo técnico do anteprojeto, a diminuição das alíquotas para o universo de milhares de produtos. E aqui, Deputada Rosane Ferreira, nós que falamos dos exemplos, chamo a atenção porque quando li um dos exemplos que está ligado à sua área profissional, de formação profissional, V. Exa. que é enfermeira padrão, enfermeira com cursos superior - digo isso para que todos entendam que a senhora cursou uma universidade - o fato é o seguinte, olha aqui o exemplo dos remédios, exemplo esse, Deputado Elio Rusch, anote os números que são interessantes: o consumidor adquire uma cesta de remédios na farmácia e gasta R\$ 150. Qualquer aposentado, hoje, gasta no mínimo isso, O ICMS embutido no preço desses remédios, hoje, é de 18%. Muito bem, então ele vai gastar R\$ 150 hoje. Com a redução da alíquota no projeto proposto, sabe quanto ele vai gastar? Vai gastar R\$ 139,77. Veja que redução, R\$ 10,23 para quem compra uma cesta de remédios de R\$ 150. Esse é um exemplo do remédio.

Veja um outro exemplo, vou falar para o Deputado Valdir Rossoni, ele não gostou que eu falasse que ele é capitalista-industrial, vou falar do exemplo da dona-da-casa, Deputado Valdir Rossoni. A dona-de-casa vai ao supermercado e adquire um conjunto de produtos de higiene pessoal e limpeza e gasta um total de R\$ 135. A alíquota de ICMS desse produto é de 18%. Exemplo de

alguns produtos adquiridos: xampus, dentifrícios, desodorantes, papel higiênico, fraldas para bebês e escovas de dente. Quanto é o valor da compra? Cento e trinta e cinco reais. Quanto ela vai gastar com o ICMS de 12%. cento e vinte e cinco reais e oitenta centavos. Ou seja, ela vai ter uma diminuição de 6,8% no total da sua compra. Veja o quanto que nós estamos tratando.

Vamos tratar agora, Deputada Luciana Rafagnin, um casal de noivos compra na loja um fogão, uma geladeira e uma máquina de lavar roupas. O valor das compras é de um R\$ 1 mil e 800 com o ICMS embutido de 18%. Muito bem, quanto é o valor total da compra? Um mil e oitocentos reais. Ela tem R\$ 324 de ICMS embutido na compra. O valor das compras sem o ICMS é de R\$ 1 mil 476. Muito bem, quando que ela vai pagar se houver a redução para 12% que o projeto propõe? Um mil, seiscentos e setenta e sete reais. Ou seja, de 324 cai para 201. Ela vai reduzir em 6,8 o valor da compra. Vejam bem, de R\$ 1 mil e 800, reduz para R\$ 1 mil 677, ou seja R\$ 123 de redução no preço que os noivos vão ter para comprar o fogão e a geladeira para poderem casar, Deputado Elio Rusch. Nada como trabalhar com a economia real para que todo possam entender o efeito altamente positivo dessa nossa reforma tributária.

Os exemplos da energia elétrica, eu já falei aqui. Quero falar de um exemplo aqui que é interessante. Gasolina, o proprietário da classe média B e parte da classe C, tem automóvel, enche o seu tanque de 40 litros com gasolina, a preço de 2,40, com uma alíquota hoje de ICMS de 26%. Total gasto no posto de gasolina, hoje, R\$ 96. Preço da gasolina, com o ICMS de 28% ao invés de 26, para quanto que vai? De 2,40 para 2,47 - sete centavos. O percentual do preço da gasolina, 2,9. Quanto é que vai dar o tanque cheio? Noventa e oito reais e oitenta centavos.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Imaginem aquele casal de noivos que foi fazer a compra, de R\$ 1 mil e 800, teve um desconto de R\$ 123 e vai pagar 2,80 a mais no tanque de combustível. Ou do aposentado que teve a redução de 10,33 só em uma compra de R\$ 150. Vejam o quanto benéfica é essa discussão!

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Estou preocupado com uma pergunta que o Deputado Rossoni fez ontem. Quase não dormi, à noite, pensando nisso. É verdadeira a informação, que os grandes mercados passarão a pagar menos impostos e que os pequenos armazéns de bairro não vão ter o mesmo desconto dos grandes, que vão baixar de 18 para 12? Aí, o grande mercadista é que vai sair ganhando. Se for verdade que o grande dono de supermercado vai ser o grande beneficiado e os que têm uma pequena mercearia, um armazém, onde as pessoas comprem naquele caderninho, naquela fichinha, já digo que sou contrário. O Depu-

tado não iria falar uma besteira dessa, afinal, ele é o Líder da Oposição. Gostaria que V. Exa. me esclarecesse essa dúvida. É verdade que os grandes mercados vão ganhar um presente antecipado de Natal?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. é um homem relativamente culto, muito inteligente e sabe muito bem que não é verdade. Não é verdade, V. Exa. sabe que os exemplos que dou servem para toda a economia. Vivemos em um estado que tem uma política tributária diferenciada. Até 2002, isso que V. Exa. afirmou, era verdadeiro. Agora não é mais. Meu último número é 112 mil, mas é maior. Esse número chega a 176 mil microempresas, que têm faturamento de até R\$ 360 mil e que estão absolutamente isentos do pagamento do ICMS. Esse mercadinho que está lá na ponta, com a caderneta, é esse microempresário que não paga imposto. Nós já isentamos os pequenos lá atrás. Em 2001 sabemos que houve aqui, em um apagar de luzes nesta Casa, um aumento na carga tributária sobre alguns produtos, que são esses impostos, de onde dá para se trabalhar, bem de forma objetiva.

Então, Deputado Jocelito, a informação não é verdadeira. Por exemplo, vamos tratar de uma pequena empresa. Já paga o ICMS presumido.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Romanelli, só para esclarecer V. Exa., são palavras do Deputado Rossoni, não são minhas. Apenas fiquei ouvindo ontem o Líder da Oposição e por isso lhe fiz a pergunta.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Fico agradecido porque já percebi que vou contar com o seu voto na votação desse pacote tributário. Fico feliz, inclusive, porque V. Exa. é muito inteligente e já entendeu a lógica desse processo todo aqui.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, me permite um aparte?

(Assentimento)

Gostaria que V. Exa. explicasse primeiro essa questão de medianamente inteligente. Como é a sua avaliação sobre isso?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Disse que ele era... **(Presidente interrompe)**...

Vou usar o horário da Liderança do Governo, mas não posso deixar de falar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Waldyr Pugliesi solicitou ontem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Então, encerro meu discurso. Vou responder o Deputado. Eu disse que ele era relativamente culto e profundamente inteligente. Foram essas as minhas palavras.

V. Exa. é um homem muito culto e muito inteligente. Mas, muitas vezes argumenta de forma falaciosa, como tentou fazer agora. Microempresário não paga imposto no Paraná. Desde 2003 que ele não paga imposto, por isso que vai ter um grande benefício.

Sr. Presidente, não podia deixar de vir aqui e dar mais esse argumento, porque gostei muito de ontem a noite ter assistido a apresentação do Secretário Luiz Mussi. Está de parabéns o Secretário Heron, o Dr. Nestor Bueno, toda equipe da Fazenda que trabalhou nesse projeto. Aprovei ontem o requerimento de pedido de informação, Deputado Elio Rusch, que V. Exa. pediu.

Hoje pela manhã me ligou o Dr. Nestor Bueno, que é o Secretário que está em exercício, me pedindo para mandar por fax para que possa responder à Assembleia, mostrando a boa-fé com que este Governo trata um tema tão relevante, de interesse público e fundamentalmente trata esta Casa.

Era isso Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso da tribuna nesta tarde e, claro que quero aqui me somar ao Deputado Edgar Bueno e também ao pronunciamento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, no qual o estado tem um clamor por maior segurança. Lamentamos o que vem acontecendo, a violência que está no interior do nosso estado, mas que também é muito grande aqui na nossa capital.

Queria também falar, Sr. Presidente, que nesta semana é comemorada a Semana Nacional da Alimentação, e ontem tivemos a Presidente do CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar, participando da Escola de Governo, que falou de todas as ações do CONSEA. Também comentou muito sobre a nossa Frente Parlamentar da Segurança Alimentar, o que a Frente Parlamentar vem fazendo em prol de termos uma segurança alimentar e é uma semana que devemos fazer uma reflexão, porque por mais que no Governo Lula já tiramos mais de 10 milhões de pessoas que viviam na linha da pobreza absoluta, na linha da miséria, pessoas que passavam fome, sabemos que ainda são milhares de brasileiros que passam fome no nosso país.

É lamentável e é um momento que devemos fazer uma grande reflexão sobre qual é a nossa ação com relação a combater a fome, a combater a miséria no nosso país. O que nós também, como Parlamentares, a nível de estado, podemos fazer, como podemos contribuir para que no nosso estado se diminua também a miséria, se diminua a fome, se diminua a pobreza do nosso povo.

E também, é claro, não poderia deixar de falar aqui nesta tarde do dia de hoje, hoje, dia 15 de outubro, comemoramos o Dia do Professor. Quero aqui cumprimentar, através do nosso Deputado, Professor Luizão, cumprimentar a todos os professores do nosso estado, professores municipais, professores estaduais, parabenizar a todos os professores pela passagem deste dia, é um dia que marca uma comemoração que é construída no dia-a-dia nas nossas escolas, nas nossas salas de aula, e a atuação dos profissionais é fundamental, porque são os professores que se dedicam o ano inteiro cultivando saberes, cultivando a arte do aprendizado e, claro, construindo uma sociedade melhor.

É importante dizer que vivemos numa sociedade, Deputado Cheida, uma sociedade desafiadora. Falávamos agora aqui com relação a questão da violência, e os professores têm esse grande desafio em trabalho, uma missão muito especial que é cuidar da vida, cuidar do nosso futuro. E eu queria aqui lembrar até um pensamento do nosso grande educador, nosso mestre, Paulo Freire, que coloca que não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo sonhos e inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Este é o pensamento do nosso grande mestre, do nosso grande educador, Paulo Freire, e que deixa, com toda certeza, muitos ensinamentos de que realmente uma sociedade, só vamos construir uma melhor sociedade, de uma maneira especial aqui falando, sem violência, se tivermos investimentos grandes na área da Educação.

Gostaria de lembrar aqui, principalmente a atuação do Presidente Lula com relação a isso, Deputado Tadeu, em que já construiu cerca de 12 universidades federais que estão em funcionamento, e até o final do Governo Lula deve-se chegar a 16 universidades federais, e o Paraná, Deputada Rosane, contemplado com a UNILA e também com a Universidade da Fronteira Sul, que vai ter dois campi, um no município de Realeza e outro no município de Laranjeiras, e isso, com certeza, abre vagas, abre oportunidade para que as pessoas possam ter um curso superior.

É importante também citar aqui, Deputado Tadeu, as 430 mil vagas do ProUni, bolsas do ProUni, que é muito importante, que vem atender os nossos jovens que não têm condições de ter um curso superior e hoje estão tendo esta oportunidade, pelas 430 mil vagas do ProUni.

Então, o Governo Lula vem investindo bastante na nossa Educação. Fico muito feliz com estas ações, a que criou também o piso nacional dos professores, no mínimo R\$ 950. Acho isso muito importante, que é a valorização dos nossos profissionais.

Então, termino aqui mais uma vez parabenizando todos os nossos professores, professoras, que muito contribuem com o crescimento do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Utilizo esta tribuna para parabenizar os meus colegas professores e professoras deste estado do Paraná, pelo seu dia 15 de outubro e pelo trabalho dedicado à Educação.

Nós aqui da Assembléia temos feito um esforço para poder melhorar as condições salariais e as condições de trabalho dos professores do Paraná. Fico muito orgulhoso de ser professor da rede estadual de ensino, e Deputado por mais um período é claro, representando nesta Casa os professores do nosso estado.

Tivemos no ano passado e neste ano alguns avanços na área da Educação do estado do Paraná. Uma luta dos nossos professores, do nosso sindicato combinado com o nosso trabalho aqui na Assembléia, no ano passado, neste ano, muitas conversas com as Secretarias do Estado, com o Governador Requião. No ano passado, conseguimos uma reposição salarial significativa de 17% para os professores. Este ano, conseguimos no mês de maio, junto com todos os servidores do estado os 5% e, depois, num período que não estava mais aqui, os Deputados e as Deputadas aprovaram o reajuste de mais de 10% proposto pelo nosso Governador do estado. Também, ainda no ano passado, conseguimos aprovar aqui uma lei que flexibilizou a contratação dos professores temporários. Eles teriam que passar por uma quarentena após dois anos, não podendo ser contratados. Numa lei de iniciativa minha e do Líder do Governo, Deputado Romanelli, conseguimos resolver esta questão. Também houve um concurso público, que os professores estão sendo chamados, inclusive neste momento, agora, para os exames e para assumir o cargo. O Plano de Carreira dos servidores das escolas estaduais, também foi outro grande avanço e uma lei aprovada nesta Casa.

Mas considero que o maior avanço no Paraná é a destinação de 30% da arrecadação para ser investido na Educação. Enquanto que o mínimo constitucional é 25%, o Governo do Estado, corajosamente, numa demonstração de prioridades na área da Educação, destina 30% do orçamento da arrecadação para ser aplicado na Educação. Isso nos dá a segurança que teremos a valorização dos profissionais da Educação, teremos recursos para equipamentos para nossas escolas e, também, para reformas, ampliações e construções de novas escolas no Paraná.

Outro programa interessante aqui no Paraná é a formação continuada, o PDE - Plano de Desenvolvimento Educacional, onde muitos professores podem deixar a sala de aula e, durante um período, ficar se aperfeiçoando. É um período importante para o professor aprender mais, reciclar e poder continuar recebendo o seu salário

pago pelo Governo do Estado, se aperfeiçoando na área da Educação.

É claro que temos ainda muitos desafios pela frente e a luta dos professores é por uma recuperação gradual dos salários que, ao longo de muitos anos, foi defasado. Mas, acreditamos e estamos confiantes neste Governo, que é um Governo que tem sido aberto para o diálogo, as Secretarias de Estado, da Administração, da Educação, da Fazenda, muito abertas para a conversa, para o diálogo, para a discussão de números daquilo que é possível, daquilo que não é possível. Então, temos a esperança de continuar avançando e no ano que vem poder recuperar um pouco mais das perdas salariais, assim sucessivamente, ano a ano, para que os professores do Paraná sejam realmente - inclusive uma fala do Governador Requião - sejam os mais bem pagos do país. Se pudermos chegar próximo disso, ficarei bastante feliz.

As melhorias nas condições de trabalho, equipamentos, nas estruturas das escolas, porque sabemos que - eu particularmente sei muito bem - quanto é árduo o trabalho do professor da rede pública estadual e, também, da rede pública municipal, porque encontramos muitas vezes situações bastante complicadas, principalmente na periferia da nossa grande Curitiba e nas periferias das cidades da região metropolitana, que as condições de vida das pessoas não são as melhores e, evidente, que os filhos dessas famílias chegam à escola com muita carência, com muita dificuldade, muitas vezes até mal alimentados, resultado de uma convivência não muito pacífica. E isso, na escola, torna-se um desafio. Mais desafiador ainda é o trabalho do professor, que além de ensinar, ele tem que, muitas vezes, substituir o pai, a mãe, ser psicólogo e ajudar a resolver problemas que às vezes estão fora do seu alcance.

Então, isto exige demais do professor. Não apenas o saber científico, o saber acumulado e a transmissão desse saber. Mas, exige muita humanidade, muita dedicação para tratar de questões, muitas vezes, difíceis. E muitos professores acabam desistindo da profissão, porque a cada dia mais o desafio aumenta.

Terminando esta minha fala, quero parabenizar mais uma vez a todos os professores do Paraná e desejar grande sucesso, porque os professores, sem dúvida nenhuma, ajudam a construir uma sociedade mais humana e mais fraterna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (DEM)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos acompanhando o debate sobre esta proposta de reforma tributária que o estado do Paraná inova

em termos de Brasil. E automaticamente a CCJ, até por sugestão do nobre Deputado Tadeu Veneri e depois por vários outros Parlamentares, entendemos que seria bastante conveniente e oportuno realizarmos Audiências Públicas no âmbito do estado do Paraná e principalmente no interior do estado, finalizando com uma Audiência Pública aqui em Curitiba, para discutir e debater este assunto.

Conversei com o nobre Deputado Nelson Justus e me incumbiu o Presidente de conversar também com a Federação da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, Dr. Rodrigo Rocha Loures, conversar com o Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná, Dr. Ackel; e mantivemos uma reunião, hoje pela manhã, para envolver também os empresários do estado do Paraná nesta discussão. Porque, em última análise, quem paga a conta do imposto é sempre o contribuinte, o cidadão.

A receptividade, tanto do Presidente da FIEP como também do Dr. Ackel, foi muito grande. Uma alegria imensa em saber que a Assembléia Legislativa está preocupada em discutir este assunto e preocupada em envolver o segmento que paga o imposto, que são os empresários do estado do Paraná.

Automaticamente, todas as nossas reuniões, que serão realizadas no interior do estado do Paraná, serão coordenadas não somente pela Assembléia Legislativa, através da CCJ, mas também pela Federação da Indústria do Estado do Paraná e pela Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná, fazendo em cada cidade uma ampla mobilização dos empresários, dos comerciantes, dos industriais, para debater o assunto de maior relevância, que certamente vai pautar a Assembléia Legislativa e a sociedade paranaense até o final do ano, até porque, obedecendo ao princípio da anterioridade, temos que votar, aprovando ou rejeitando esta matéria até o prazo máximo de 31 de dezembro. Portanto, a discussão vai acontecer em todas as principais cidades-pólo do estado do Paraná.

Ficou acertado também, com a própria Federação da Indústria e a própria Federação das Associações Comerciais, diante da impossibilidade da agenda da CCJ, em realizar inúmeras Audiências Públicas no interior, o Dr. Ackel se pôs à disposição para promover debates pela Associação Comercial, pela Federação das Associações Comerciais e pelas Associações Comerciais, no âmbito das principais cidades do estado do Paraná, promovidas, aí sim, pelos empresários, pelas Associações Comerciais, e vão convidar os Deputados que tenham área de atuação nessas regiões. E muito bem foi colocado pelo Dr. Ackel e também pelo Rocha Loures da nossa gloriosa região sudoeste do estado do Paraná, para que também possa, a própria Federação, a própria Associação Comercial, promover a discussão e o debate entre os empresários, convidando os Parlamentares e todos nós para colher as sugestões e trazê-las à Assembléia Legislativa.

A preocupação de todos nós, é claro, haverá redução de imposto, é inquestionável, de 18% para 12%, haverá aumento da carga tributária para todos os empresários e acho que o Parlamento e a sociedade paranaense quer saber se ao final dessa mini-proposta de reforma tributária vai haver aumento da carga tributária sobre o contribuinte, ou vai haver redução. Essa é a grande dúvida dos empresários, é a grande dúvida dos Parlamentares e da sociedade.

Então, Nelson Justus, a sua orientação de procurar a Federação, de procurar a Associação Comercial, está feita e vamos realizar, tão logo termine a Sessão Plenária, uma reunião técnica de organização dessas Audiências Públicas já com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, com a Federação das Associações Comerciais e com a Federação da Indústria do estado do Paraná, tão logo tenhamos terminado a Sessão Plenária, lá na sala da Comissão de Constituição e Justiça. Será uma reunião técnica para traçarmos o plano de atuação e de realização dessas Audiências Públicas.

Então, Sr. Presidente, era esse o comunicado que iria fazer a todos os Srs. Parlamentares. Peço para que todos os Deputados se envolvam nessa discussão, e já está marcada para o dia 31 de outubro a primeira Audiência Pública para toda a região oeste do estado do Paraná e para aqueles que do sudoeste queiram participar, na cidade de Cascavel, salvo engano, às 16h, mas o horário será comunicado posteriormente.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria de me dirigir também ao Líder do Governo, que hoje, somando-se a tantos outros, está vendendo uma idéia que realmente vai haver uma diminuição na carga tributária, e percebemos agora há pouco o Deputado Durval Amaral falando que a matéria é uma só: haverá uma redução da alíquota de 18 para 12 e haverá um aumento de 27 para 29. E como que uma matéria que traz números - quanto a números não se pode pairar tanta dúvida - ela dá uma margem para tanta interpretação?

O Líder do Governo falou em falácias que teriam sido utilizadas pelo Deputado Valdir Rossoni. Quero falar que, na verdade, está se construindo aqui um sofisma. O que é o sofisma? É uma escola que tivemos na filosofia antiga, em que as pessoas ensaiavam durante anos e se especializavam em criar argumentos em que uma mentira virava uma verdade. Isso passou ao longo do tempo e parece-me que estamos criando novamente um sofisma nessa questão da reforma tributária. Está se criando uma

idéia que vai diminuir de 18 para 12, vai diminuir a pressão e a carga tributária no preço das coisas para o consumidor. Isso é uma dúvida e aqui afirmo que estamos criando um sofisma.

Vários desses produtos já estão abrangidos por um regime tributário menor do que 12%. Temos a cesta básica, que não paga imposto e está elencada na regra geral como se fosse de 18%, tivemos recentemente um decreto do Governador que, para proteger os atacadistas do Paraná, já baixou de 18 para 12% a maioria desses produtos. Temos alguns produtos que são deferidos, mas o que temos de certeza absoluta é que, do aumento do combustível e da energia elétrica, esse ninguém vai correr, e a arrecadação vai subir. Agora, quanto à diminuição, espero que o Governo esteja, pelo menos em partes, otimista e certo que vai ocorrer uma diminuição. Porque é muito difícil, e isso já se operou aqui no estado do Paraná, você diminuir o imposto e isso ter um reflexo para o consumidor.

Quando o Líder do Governo falou em relação ao Deputado Jocelito Canto da questão da mercearia, mercearia não paga imposto no Paraná, isso é uma verdade, o Paraná está na vanguarda da lei geral da micro e pequena empresa, criou essa isenção. E por que vai aumentar, sim, para a mercearia? Porque a mercearia, hoje, não paga imposto, ela paga uma taxa. A partir do momento que diminuir a carga tributária das grandes redes de supermercados, com certeza eles não vão repassar para o consumidor integralmente esse desconto, mas eles vão ter um maior poderio de competitividade com as pequenas mercearias, e uma certeza, vai aumentar sim a carga tributária para o micro e pequeno empresário, porque ele não tem como fugir do aumento do ICMS sobre a energia elétrica, da gasolina do seu carro.

Quando o senhor fez o exemplo do casal em lua-de-mel, ele compra a geladeira uma vez a cada 10 anos, encheu o tanque, se ele tiver um carro, ele vai encher no máximo a cada 15 dias; a energia elétrica ele vai pagar todo final de mês, e se não pagar, corta.

Então, são essas falácias e esses sofismas que essas Audiências Públicas se propõe a esclarecer. Já desde o início falei, não sou contra a reforma tributária, até porque ela tem alguns avanços, a simplificação, e com certeza isso é um avanço. Mas não podemos criar esse sofisma que estamos fazendo um bem, até porque me parece que em alguns pontos o Governo está fazendo mais propaganda do que efetivamente vai ser o benefício criado na ponta de consumo. Mas sou um aliado para buscar o equilíbrio, e o equilíbrio quando se fala de reforma tributária não é aumentar a arrecadação com o argumento que vai diminuir em algo que hoje já não está pagando tanto assim, que é alíquota de 18%. Temos que ter os dados reais. Fico feliz que o Nestor Bueno vai enviar esses dados, porque isso, com certeza, vai ajudar a balizar justamente esse equilíbrio que temos que buscar nas modificações que certamente essa alteração terá aqui na Casa.

Já vou adiantar, porque não serei leviano, se permitir eu vou fazer uma emenda, com a ajuda dos Deputados aqui, inclusive com a sua ajuda, V. Exa. que é um defensor da Justiça Fiscal, para que tenha progressividade na alíquota do ICMS da energia no Paraná, se tem um índice diferente para o consumidor, para a indústria e para o comércio.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente parabenizar esta Casa e a Comissão de Constituição e Justiça, que definiu que serão realizadas Audiências Públicas para se debater a questão da reforma fiscal encaminhada a esta Casa. Por que, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados? Acho que estamos antecipando uma discussão, antes de levá-la a cabo, com as partes interessadas. Porque a própria Secretaria das Finanças demorou mais de ano com técnicos especializados para montar esse programa. Esse projeto entrou na Casa há questão de uma semana, e seguramente nem sequer chegou às mãos da maioria dos Deputados o projeto, e estamos discutindo e afirmando a favor e contra coisas que não são do próprio convencimento.

Por isso, acho importante que façamos Audiências Públicas. Que estejam presentes setores do Governo, da sociedade civil e as partes interessadas para que possamos discutir na profundidade.

Tenho certeza, nesse projeto, de três partes a quem interessa, duas sei que fica absolutamente ajustado pela lei. Uma é o estado na arrecadação, porque o produto que está aumentando é um produto que é fixado na base. Portanto, ele passa direto para o Tesouro. O outro é o que o estado perde. Porque se ele reduz o ICMS, seguramente ele diminui a entrada desse ICMS no próprio caixa do Tesouro.

A minha preocupação é com a terceira parte envolvida no processo, que é o consumidor. Se esta parte que diminui para o empresário será repassada para o consumidor. O processo fiscal precisa ser, realmente, remodelado, para que possamos diminuir o imposto, conseqüentemente, o preço para as camadas mais pobres da sociedade. Mas, isto vamos levantar nas Audiências Públicas, perguntando para as pessoas que possam nos responder as razões de cada fato que lá acontece.

Ocupo a tribuna também para saudar os nossos professores. Tive o prazer, no início de minha vida, de ser professor, embora tenha sido professor suplementarista, ajudando o meu município, minha região, quando o sistema educacional do Paraná era bem deficitário, poucos professores concursados. Mas o contato com o aluno e com os colegas de magistério foi igual. Tanto faz contratado, concursado, com estabilidade ou sem estabilidade.

Sabemos a importância da Educação para o estado do Paraná.

Indiscutivelmente temos que reconhecer, e todos devemos reconhecer que o Governo Roberto Requião foi audacioso na melhoria do Plano de Cargos, Carreiras e Salário para os professores e funcionários. O Governo foi competente e reconhecido no instante que os próprios professores de APAEs passaram a fazer parte do quadro de professores. Nos avanços dados para os professores, nos cursos de especialização, na implantação de uma condição mais efetiva para que as escolas possam receber informações constantes e precisas, para que o professor do interior possa preparar uma aula no mesmo nível que o professor de uma cidade maior. Isso tudo ajudou a Educação. Mas sem o espírito verdadeiro de quem faz do magistério um sacerdócio, porque gosta, sente-se bem na sala de aula... Seguramente é uma função louvável e absolutamente necessária na sociedade.

Rendo minhas homenagens aos professores do estado do Paraná pela passagem desse dia, e que possamos continuar conquistando benefícios para a categoria, mas principalmente benefícios para a Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputado Caíto Quintana.

Esta Casa irmana-se às homenagens feitas a todos os professores.

Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente Nelson Justus, demais Pares. Quero me irmanar ao companheiro Caíto Quintana e, no dia de hoje, até como professor que sou também, agradecer aos educadores do Paraná, aos profissionais da Educação. Até porque não há dúvida nenhuma que, hoje, quando falamos em desenvolvimento econômico, todos os executivos municipais, os Prefeitos de todas as cidades do Brasil e do mundo sabem que só se atrai uma empresa quando existe na cidade qualificação de mão-de-obra. Aliás, hoje, em Londrina, Deputado Caíto, para se encontrar uma caixa de supermercado, o mercado está exigindo 2º grau completo. Eu imagino então em uma empresa com processo produtivo diferenciado, já vai daqui a pouco se exigir a faculdade, o mestrado, o doutorado. Então, é a Educação que fez com que a Coreia se levantasse, a China, a Índia, e fará o mesmo com o Brasil.

A Educação, também, tem uma outra faceta: ela muda valores. O povo que não quer a corrupção, que quer banir a corrupção do país, precisa da Educação. Não há outra forma de fazer com que o povo não seja mais vítima dessa verdadeira sina que se abate sobre o país de Governos corruptos, de políticos inclusive que não primam pelo zelo da coisa pública, do que é sem dúvida nenhuma, a

informação. Fazer com que o cidadão possa saber ao ouvir um rádio, por exemplo, se o radialista está sendo cínico na sua afirmação ou se está falando a verdade; se o político que vai lhe pedir o voto de fato está sendo uma pessoa que está sendo sincera, está sendo franca. Então, não há dúvida de que no dia de hoje devemos nos irmanar, porque só a Educação pode efetivamente mudar esses valores.

Falando em Educação, no dia de amanhã, quinta-feira, é o Dia Mundial da Alimentação. O que é que tem a ver uma coisa com a outra? Quero aproveitar e dizer que o Paraná já tarda em implantar nas escolas a merenda escolar orgânica, aquela merenda escolar que fará com que os alunos consumam alimentos sem agrotóxico, sem veneno. Eu já disse aqui, o Paraná consome, joga no seu território de 20 milhões de hectares, 4 mil toneladas de agrotóxico por ano, isso dá 4 milhões de quilos de veneno nos nossos alimentos, sem contar o veneno que entra pelo Paraguai vindo da China. Significa que nós comemos um alimento que tem um alto índice de produtos químicos e não é talvez coincidência que sejamos o maior produtor de grãos do país, mas também o estado que tem mais números de casos de câncer de fígado e de pâncreas. Talvez não seja mera coincidência.

Para se ter uma idéia, o tomate recebe de 25 a 30 pulverizações; a batata cerca de 15 pulverizações em cada safra; o morango de 30 a 40 durante sua safra; e todos nós comemos isso. Talvez já esteja tardando o fato de que podemos começar a inverter essa lógica a partir da exigência de que nas escolas a merenda seja de outra natureza, seja orgânica.

Eu consultava a Deputada Luciana Rafagnin e o Deputado Tadeu Veneri para saber, porque me parecia que a Assembléia Legislativa do Paraná já havia, no passado, cerca de três anos atrás, votado uma lei instituindo a merenda escolar orgânica. Vamos examinar o processo. Aliás, a Deputada Luciana me diz que o projeto não chegou a ser votado e foi arquivado. O Deputado Elton Welter era o autor do projeto. Quem sabe possamos reeditar esse projeto e fazer uma homenagem aos professores, aos mestres e ao objetivo da Educação que é o aluno. Quem sabe fazendo uma ponte entre o dia de hoje e o dia de amanhã, que é o Dia Mundial da Alimentação, possamos aqui inovar para todo o Brasil. Assim faríamos uma homenagem na prática, não apenas à Educação do ponto de vista filosófico, ou à alimentação do ponto de vista apenas nutricional, mas mudando valores, mudando paradigmas para fazer com que o Paraná, mais uma vez, seja o protagonista de mudanças universais muito importantes.

Acho que está em nossas mãos. Vou propor ao próprio Deputado Elton Welter e à Deputada Luciana Rafagnin, ao Deputado Tadeu Veneri e a todos aqueles que comungam com essa idéia para que possamos voltar com esse projeto. Basta dizer que a carência, que a necessidade do consumo de feijão na merenda do Paraná não corresponde, todo feijão produzido no Paraná não chega

sequer à metade da demanda que precisa na merenda, ou seja, tem espaço para crescermos.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, no Grande Expediente, é o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aproveitar o Grande Expediente de hoje para trazer uma pérola a esta Casa. Acho que esta é uma Casa de Leis e ela também deve ter essa função, a nossa função é também de fiscalizar as questões que envolvem as questões do município. Queria hoje contribuir com a questão da eleição neste país, para que sempre haja transparência, Deputado Cheida, Deputado Dobrandino, e que não se compre mais votos no Paraná. O Paraná precisa ter, em muitas cidades, a volta da democracia plena. Não aquela democracia que não existe, que diz que todos têm direito de votar e isso não ocorre.

Estou há alguns dias, como radialista que sou, e essa é a nossa profissão, estamos apenas passando por aqui graças ao povo, estamos investigando, Pastor Edson, vários acontecimentos das últimas eleições. E hoje me chamou a atenção o pronunciamento do Bispo de Ponta Grossa, Dom Sérgio, autoridade maior da Igreja Católica, quando o Bispo disse que dentro da Igreja há testemunhos de votos comprados. Está no jornal Diário dos Campos de hoje, o Bispo de Ponta Grossa dizendo que há testemunhos dentro da Igreja, que nessas eleições foram vendidos votos. Como perdemos as eleições? Por 598 votos, o que num universo de 170 mil eleitores é muito pequeno. O PTB vai pedir nesta semana a nulidade das eleições em Ponta Grossa. Vamos pedir a anulação da eleição, baseado nas primeiras provas que já colocamos no Poder Judiciário em Ponta Grossa.

Queria também aproveitar a TV Assembléia, neste momento, e pedir aos senhores do Tribunal Regional Eleitoral que prestassem atenção no que vou mostrar aqui, agora, e queria que os nossos Srs. Desembargadores, instalados no Tribunal de Justiça do Paraná, prestassem atenção no que foi feito na eleição de Ponta Grossa. Votos comprados. Pessoas confirmando que receberam dinheiro, devidamente entrevistadas. Levamos toda a documentação ao Poder Judiciário de Ponta Grossa, em 1ª instância. Uma das pessoas que fez o esquema de operação depôs em juízo, em Ponta Grossa. Contaram coisas que nos deixaram indignados, pela forma como foram feitas. Somente em um bairro de Ponta Grossa, chamado Vila Cipa, Deputado Plauto, que V. Exa. conhece, foram gastos R\$ 12 mil, em um pequeno reduto, para consolidar a compra dos votos.

Fomos procurados por uma das pessoas que se sentia traída por tudo isso, que nos deu a documentação que mostra o documento da placa, que tinha um preço. O operador era obrigado a prestar contas ao chefe. Pegava o telefone celular, tirava uma foto da casa da pessoa e dizia que tinha comprado a casa, está aqui a foto. Colocava em um CD e tinha que entregar para o chefe da campanha. Quantas casas eu comprei? São R\$ 20 para colocar uma placa por uma semana. Mais 20, para votar no dia. Imagine que isso foi feito só em um bairro que descobrimos. Pegamos o fio da meada em um bairro, algumas pessoas. No dia choveu e a pessoa que tinha que entregar a lista acabou não entregando de quem recebeu e aonde iria votar a pessoa. Isso está com o Poder Judiciário: nome do senhor, seção tal, rua tal, pagos R\$ 20 e a assinatura do eleitor. Também há uma fita com o Poder Judiciário, em que um membro de um Poder compra a participação de um membro de uma Igreja.

Abri na rádio, naquela maquininha que vai computando as chamadas, e têm histórias intrigantes que ouvimos. Tem uma que me chamou a atenção. Um grande agropecuarista, amigo seu e meu também - posso dar o seu nome, porque ele autorizou - estava na fila do Banco do Brasil no dia e alguém de uma entidade estava a retirar dinheiro, uma instituição que recebeu o dinheiro e exigiu do caixa do banco que fosse em miúdos. O caixa brincou depois: "Deve ser para comprar os votos". Uma instituição que está com problemas na cidade de Ponta Grossa, que levou 72 mil em dinheiro vivo. Esse empresário é um homem muito sério, da Sociedade Rural de Ponta Grossa. Vai fazer o quê com tanto dinheiro? Deve ser para comprar voto!

Vou mostrar aos senhores agora, Deputada Rosane não se apavore, a senhora está assustada, mas não viu nada ainda. Vou colocar aqui a fala da pessoa que operou o sistema. Não é gravação clandestina, é original. Essa pessoa disse tudo isso aqui ao Poder Judiciário. O Juiz já ouviu. O que vou colocar aqui na Justiça já sabe. A compra de votos. Como operou o sistema! Isso aqui é o assassinato da democracia. É um crime, estão assassinando a democracia, o que vou mostrar agora aqui, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que se levantou tantas vezes a favor da democracia, toda hora faz comentários aqui.

Que os Srs. Juízes do Tribunal Regional Eleitoral aumentem o volume das suas televisões. Saíam daqui e vão à Ponta Grossa ver. Vou mostrar agora o roubo das eleições em Ponta Grossa. Espero que aconteça alguma coisa. O nosso papel é mostrar o que está acontecendo aqui. Teve muito mais coisas, teve rodoviária inaugurada sem ter licença dos Bombeiros. E Deputado Romanelli, obra financiada pelo Paraná Urbano, está sem alvará até hoje.

Hoje é o dia dos professores, parabéns, mas os professores municipais também receberam um decreto no dia 02, que não tem validade de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que no período de eleição não pode, Mas, teve coisas boas. O Secretário Forte Neto trabalhando lá nas eleições, trabalhou na campanha, operou

bem lá, fez obras e também comprou um carro em Ponta Grossa. Um carro de mais de R\$ 100 mil. O que me preocupa é o seguinte: a empresa concessionária é aqui de Curitiba, a Niponsul, a matriz é em Curitiba e ele foi comprar em Ponta Grossa. Não entendi. Ajuda a cidade que arrecada impostos, não podemos criticar.

Mas, quero chamar a atenção dos senhores, Deputado Dobrandino, quem sabe isso tenha acontecido em Foz do Iguaçu; quem sabe, Deputada Beti, em Colombo tenha acontecido isso; Deputado Cheida, quem sabe em Londrina, Araucária. Os senhores que participaram da eleição, prestem atenção nessas falas, nesse sistema Globo de comunicação.

Como entregamos ao Poder Judiciário e estamos em período eleitoral, Sr. Presidente, não se preocupe que não vou cometer crime eleitoral nenhum. Não vou dar nomes, porque isso está com o Poder Judiciário. Usamos a técnica da Globo, aprendemos com a Globo de mudar um pouquinho a voz das pessoas e do entrevistador.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Ouçõ o pronunciamento do Deputado Jocelito, ao mesmo tempo não sei nem o conteúdo da gravação. Mas, entendo o seguinte: que da tribuna desta Casa o Parlamentar poder expressar a sua opinião e o seu pensamento. Utilizar outro mecanismo que possa, de fato, artificialmente, demonstrar outra coisa a não ser aquilo que é o pensamento do Parlamentar, temo que se crie um precedente grave nesta Casa.

Chamo a atenção, absolutamente nada em relação a V. Exa. e em relação ao conteúdo, mas penso que é temerário para esta Casa se admitirmos a possibilidade de um Parlamentar utilizar um mecanismo eletrônico para transmitir para os microfones, sistema de som desta Casa, conversa havida de qualquer outra natureza que não seja aquela expressada pelas próprias cordas vocais do Parlamentar que está na tribuna.

Então, questiono V. Exa. como Presidente da Casa.

Desculpe, Deputado Jocelito, mas não poderia deixar de expressar aqui esse meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe perfeitamente, Deputado Romanelli, a questão de ordem de V. Exa., para que não tenhamos qualquer tipo de envolvimento, não com a Justiça Eleitoral, mas com a Justiça comum.

O Parlamentar tem a imunidade, lhe cabe a imunidade Parlamentar para falar o que quiser diante dos microfones da tribuna.

Eu solicitaria realmente ao Deputado Jocelito Canto que apenas relatasse e não gravasse, não expusesse nenhum tipo de mídia eletrônica, porque a nossa Sessão é ao vivo, é transmitida e a Casa e a própria televisão podem, V. Exa. tem a prerrogativa da imunidade Parlamentar e V. Exa. sabe disso, mas V. Exa. pode evitar

transtornos para a Casa se apenas transmitir, de viva voz, aquilo que V. Exa. gostaria de mostrar.

Agora, não sabemos o que V. Exa. vai mostrar, mas pediria, acato a questão de ordem do Deputado Romanelli, V. Exa. como tem imunidade parlamentar pode narrar o que quiser, desde que não seja realmente gravado, porque abriríamos um precedente muito sério aqui nesta Casa. Hoje o Brasil já vive um momento triste com as gravações telefônicas e nós poderíamos aí abrir um precedente e, de repente, qualquer Deputado traria aí, quebraria sigilos que são constitucionais a nós outros todos.

Portanto, encareceria a V. Exa. que é um homem de rádio, um Deputado, um Parlamentar experiente, sabe a que estou me referindo. V. Exa. tem também o tempo que nós lhe tomamos, o tempo que quiser, mas acho que não ficaria bem, Deputado Jocelito, em nome desta Presidência, que V. Exa. usasse qualquer tipo de gravação ou mostrasse, até porque já impedimos por diversas vezes que os Parlamentares usem durante as suas exposições qualquer tipo de painel ou coisa parecida, porque as nossas Sessões são televisadas hoje.

Agradeço a compreensão de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, discordo de V. Exa. e do Deputado Romanelli, primeiro porque já coloquei no rádio hoje. Se eu coloquei no rádio é sinal que eu tenho responsabilidade. Não iria colocar algo que já não tivesse passado no rádio. Coloquei numa rádio, ainda mais numa rádio que pega meio Paraná. Já coloquei.

E o que eu quero colocar aqui, Deputado Romanelli, esta é uma Casa de fiscalização, quero colocar aqui a democracia sendo assassinada. Acho que esta Casa deveria ouvir isso. Preocupa-me quando V. Exa., que tanto defende a democracia, querer - mais simples ainda, coloquei bem, não são gravações clandestinas, são gravações feitas, pessoas, trocamos a voz das pessoas tecnicamente para não comprometer ninguém, em momento nenhum vamos citar nomes, em momento nenhum da nossa denúncia. Sabemos que estamos num período eleitoral. Citamos o nome de quem é o autor. O Poder Judiciário sabe quem é. O Poder Judiciário e o Ministério Público sabem.

Em momento nenhum, nem para a imprensa que nos pede, em off, quem é, não posso falar. O meu papel, no momento que recebo uma denúncia de compra de voto, que a Justiça Eleitoral tanto combateu, tanto a mídia fez, tanto pediu para não acontecer, quando nós conseguimos descobrir que uma eleição que foi feita de forma diferenciada, uma eleição estranha em Ponta Grossa, se descobre que houve compra de votos, você consegue documentos, provas, consegue telefone celular, consegue uma ficha de pagamento, o que você faz? Fui ao Poder Judiciário e coloquei.

Queria ter a oportunidade de mostrar aos Srs. Parlamentares como dói no coração ver, ouvir pessoas humildes dizendo que votaram naquele candidato, que

não vai aparecer o nome, Sr. Presidente, votaram naquele candidato, porque ele deu dinheiro para ela. Não é uma pessoa, são pequenos “tapezinhos” que nós trouxemos. Eu jamais vou desrespeitar o nosso Presidente. Agora, se o Presidente determina que eu não use as gravações, eu não vou usar. Não posso traduzir aqui, porque é muito forte o que as pessoas falam, o sentimento delas, quando elas contam, isso que seria interessante que o Paraná ouvisse. Aqui mesmo no fundo está circulando um vídeo, outro vídeo que não vi ainda, que o Deputado Artagão me mostrava de mais um rolo envolvendo uma Prefeitura.

Então, a minha idéia como fiz na rádio hoje, era de mostrar, principalmente ao Tribunal Regional Eleitoral, que é preciso punir para que não ocorra mais esse tipo de fato que ocorreu em muitas eleições: a compra do voto. O voto sendo comprado como se fosse objeto. O voto não é objeto. O voto é o maior patrimônio que as pessoas têm. Ninguém deve nunca comprar o voto de ninguém.

Durante o período de eleição, eu candidato, raras vezes falei nesta tribuna, só quando era um caso que tinha que discutir, senão não falei. Parei com os pronunciamentos em respeito aos demais candidatos. No dia da votação, Sr. Presidente, respeitei as urnas. Fui à minha sessão de votação às 10h da manhã, votei e fui para casa, não percorri nenhuma sessão pedindo voto. Fui para casa porque é o dia do eleitor. Cumpri todas as normas que podia. Agora, lamento que a eleição tenha terminado assim, que votos foram comprados das pessoas, pagos para colocar placas e assim por diante.

Mas acato o pedido do Sr. Presidente, até porque o Parlamento deve ser respeitado. Se os outros não podem, eu também não posso. Já coloquei no rádio, bastante fortes os depoimentos, tem pessoas que fizeram a operação dizendo que gastaram tanto, como gastaram, como receberam, como pegaram o dinheiro. Daí vem as pessoas dizendo, tem aquele cidadão do bairro dizendo: “Eu peguei R\$ 20 pela placa e mais R\$ 20 na semana para votar e votei no cara. Votei.”

Se você pegar a lista que deixei no Judiciário, está lá, Sr. João da Silva votou na urna tal e tal, assinado. Ele tinha que assinar, porque a operadora tinha que entregar aquele documento lá para o patrão dela, para o candidato, senão não recebia o dinheiro. A lista feita à mão com o nome da pessoa, João Pereira da Silva, sessão tal, urna tal, recebeu tanto e ela tinha que assinar.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

A pessoa tem cópia do documento que registra a assinatura dos eleitores da sessão eleitoral?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ela tem uma lista com o nome de 300 pessoas. Nessa lista está lá, Luiz Cláudio Romanelli, recebeu

R\$ 20 para votar no Jocelito, e a pessoa assina. Se for lá na urna, está lá o voto. É proporcional e majoritária, então dá para ver bem onde o esquema operou.

Então, pena Deputado Romanelli, que agora o senhor criou o hiato, V. Exa. criou o “bico”. Eu tinha conseguido colocar o elefante, ele tinha crescido dentro da casa, íamos tirar sem quebrar a casa. Agora não dá mais. É uma pena, que eu gostaria de ver esta Casa... porque hoje eu botei na rádio e olha, o que mexeu com a cidade a partir dessas gravações! A pessoa disse: “Eu troquei o voto por comida. “Tem duas ou três pessoas que dizem: “Eu troquei o meu voto porque precisava comer.” Mas, a senhora votou no candidato? “Votei.” Se você for lá está o nome dela na lista e está lá na caçapa da urna o voto.

Então, Sr. Presidente, em respeito à V. Exa. E às comunicações, não vou colocar a fita, aqui. Uma pena, porque acho que o Paraná perde uma oportunidade. E espero que o TRE não faça de conta que alguém fez uma denúncia e que a imprensa, que o Governador às vezes chama de canalha, que não é toda, não, eu também faço parte da imprensa, tem pessoas que às vezes não dão importância a este fato. E este é um fato gravíssimo. Não aconteceu só em Ponta Grossa, aconteceu em outras cidades. E a partir do momento em que você compra um voto, você naturalmente vai matando o direito das pessoas de se candidatarem, as pessoas que não têm um grande esquema para o dia. Por isso é que está acabando aquele negócio de Deputado, de Prefeito, de Governador que não tiver esquema, se eleger. Só vai se eleger neste Paraná e neste Brasil quem tiver esquema. Por mais trabalhador que o político seja, ele vai correr muito risco, sempre. Ele tem seus eleitores, mas sempre há alguém que vai conseguir enganar seu eleitor, por mais que ele goste daquele candidato.

Para finalizar, Sr. Presidente, teve registro, teve momentos bons, teve pessoas que pegaram o dinheiro e votaram contrários. Eu vi, também, pessoas que receberam o dinheiro e deram o chute, votaram contrário àquele que estava querendo comprar o seu voto. Isto também acontece. Menos ruim, porque a pessoa pegou o dinheiro e chutou aquele cara que tentou comprar a eleição.

Então, Sr. Presidente, eu me desculpo com V. Exa., porque eu queria mostrar, mas atendendo um reclame do nosso Líder, Deputado Luiz Claudio Romanelli, vamos deixar de colocar. Mas é triste, porque tem um momento aqui em que a mulher chora e diz que pegou o dinheiro e votou, por causa da R\$ 20.

E para aqueles que dizem que isto é uma reclamação de alguém que perdeu, não. Se eu tivesse perdido a eleição por mil votos, eu nem falaria mais em eleição. Mas, quando você perde por 598 e descobre que só num bairro R\$ 12 mil foram aplicados, num bairro pequeno, Ponta Grossa tem 200, tem 500 urna, imagina porquê a eleição foi tão estranha na capital cívica do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado pela compreensão, Deputado.

No horário destinado à Liderança do PT, concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Jocelito Canto, acredito, assim como provavelmente a maioria dos Srs. Deputados, que estas denúncias que faz o Deputado aqui, que deverão ser averiguadas. São mais um motivo para que tenhamos - de fato - uma reforma política no Brasil, e que possa eliminar uma série de vícios que temos hoje, principalmente o poder econômico. Concorde que é vergonhoso o que estamos vendo, não na cidade de Ponta Grossa, mas em todas as cidades, no Brasil inteiro, principalmente nas grandes cidades, onde temos uma série de pessoas que são pagas, diariamente, para ficarem penduradas, às vezes, fazendo uma campanha com a qual não tem a menor identidade, a menor participação, mas que infelizmente ainda recebem para fazer isso.

Mas, não é isto o que me traz à tribuna, Sr. Presidente. Até por uma gentileza da Deputada Luciana Rafagnin, ocupo a tribuna na data de hoje porque temos dois assuntos que gostaríamos de debater nesta tribuna.

O primeiro deles, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. até tocou atrás e eu conversei com algumas pessoas, não sei se ouviram no seu programa de rádio, mas sei que V. Exa. também comentou, que é um absurdo o que aconteceu em Curitiba, dias atrás, mais precisamente nesta semana, quando três agentes da Guarda Municipal - e a Guarda Municipal é paga para proteger o próprio municipal e não é paga para fazer o papel de polícia - e falo isso porque comentava com a Deputada Rosane que o que vimos nas campanhas eleitorais foi um grito geral por Segurança Pública e muitas candidaturas se propondo a aumentar o número de guardas municipais, o que pode até ser bom, se for para proteger o próprio municipal, os prédios públicos. Agora, não é isso que aconteceu em Curitiba.

Aguardei, inclusive, no dia de ontem para vermos se haveria algumas informações adicionais, porque o que aconteceu aqui com a detenção de dois estudantes e que foi feita por três agentes da Guarda Municipal de Curitiba, que estão afastadas das suas funções em razão de denúncia feita por um casal no dia 5 de outubro, que segundo eles foram presos e torturados pela Guarda Municipal, que durante esse processo de averiguação esses agentes serão colocados em funções administrativas internas, que a Secretaria informa que o prazo para a conclusão da investigação é de 30 dias, período estipulado pelo IML, onde foi feito o exame de corpo de delito, que

a acusação também repercute na Secretaria da Segurança Pública, porque segundo a denúncia, havia também junto com esses três guardas municipais um policial civil, que participou das torturas e que, pior ainda, conforme o relato, esse policial civil do Centro Integrado de Apoio ao Cidadão - CIAC - que o apoio é esse - estaria levando essas pessoas também em um carro para o 8º Distrito do Portão, que foram detidos por terem se dirigido aos guardas municipais, chamando-os de "senhor guardinha" e que na sequência o "senhor guardinha" teria dito para ele: "que eles iriam conhecer a força da Guarda Municipal", relata a estudante que vive em Curitiba há mais de um ano e que foi uma das pessoas torturadas. Que durante o período em que estiveram nas mãos dos agentes, a estudante afirma que além de agressões, teria sido ameaçada de violência sexual e declarou: "Eles nos levaram ao Distrito em carros diferentes, para aumentar a tortura psicológica". Os jovens alegam que pediram apoio aos guardas municipais por volta das 20h30 e que foram levados de volta ao CIAC por voltar das 23h. Após sair do CIAC, o casal teria seguido em direção ao Hospital do Trabalhador, e os registros do hospital mostram que o atendimento por agressão corporal foram feitos na primeira hora da segunda-feira, o dia seguinte.

O que estou colocando aqui, e os senhores tomaram conhecimento pela imprensa dessa denúncia, é que a situação é muito grave. Não é possível que a Guarda Municipal passe a fazer o papel de Polícia e que, ainda que fosse a Polícia, passe a torturar cidadãos. A tortura no Brasil, e em muitas partes do mundo, é considerada um crime que sequer tem condições de ser anistiado, tanto é que estamos tendo hoje uma série de processos de pessoas que, após o processo de tortura, estão sendo hoje anistiados e recebendo indenizações do estado.

O que estou colocando aqui é porque queremos saber, após esses 30 dias, quem são - caso sejam considerados culpados - esses três guardas municipais. Não é possível, em nome do corporativismo, que essas pessoas sejam punidas internamente, continuem na Guarda Municipal, não sejam expulsas da corporação e ainda assim nós joguemos para o esquecimento.

Acho que a Prefeitura Municipal de Curitiba deve aos seus cidadãos e aos cidadãos do Paraná uma resposta muito dura, muito eficiente e muito rápida com relação a isso. Não é o primeiro caso. Hoje comentava com algumas pessoas, e me surpreendi quando soube que não é o primeiro caso. Vou esperar, Deputado Francisco Bühner, para que nós, através da Comissão de Direitos Humanos, possamos inclusive receber se houver outras denúncias, porque me parece que já aconteceram outros fatos semelhantes a esse e que, de certa forma, estão criando uma relação da Guarda Municipal com a população que não é, certamente, aquela que esperamos e aquela que pegamos para que a Guarda Municipal faça.

Por isso, Deputada Luciana, agradeço pela sua gentileza de nos ceder o horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, porque acho que é necessário que

coloquemos que a nossa indignação é a indignação de todos os cidadãos curitibanos, com isso que aconteceu com esses dois estudantes, que poderia ter sido qualquer um e que não podemos admitir em hipótese alguma.

Tenho essa denúncia, que acho que é grave e espero que seja apurada, mas tenho também uma informação, Deputado Cheida, que nos chegou ontem, e está nos jornais no dia de hoje, que é extremamente positivo, e que eu também gostaria no dia de hoje, que é extremamente positivo, e que eu também gostaria nesses três minutos de fazer alusão a ela, e amanhã nós iremos estender esse debate, que é justamente a Syngenta ter doado a fazenda onde ela fazia seus experimentos ao Governo do Estado do Paraná.

Essa fazenda, que todos aqui sabem, foi palco de diversos conflitos, que o Governo do Estado do Paraná por diversas vezes se colocou frontalmente contra experiências que eram feitas sobre transgênicos naquela fazenda. Acho que a Syngenta, ao ceder essa área para que ela seja feita como uma área experimental ao IAPAR nós estamos no caminho certo. Estamos no caminho certo porque ao invés de seguirmos fazendo uma disputa entre Syngenta, o estado e a Via Campesina, pelo o que nos informam os jornais, teremos naquela área uma área de pesquisa para agricultura, pesquisa para a biodiversidade e uma área de pesquisa inclusive para recuperação de áreas degradadas em sistemas produtivos na agricultura.

Conversei com a Deputada Luciana, com o Deputado Péricles, e gostaríamos de sugerir, vamos fazer através de um projeto aqui, convidar outros Deputados que queiram assinar, que essa área passe a receber o nome de área Walmir Mota de Oliveira. Naquele confronto, que infelizmente também teve uma outra pessoa morta daqueles que foram segurança, mas que passe a receber o nome de Walmir Mota de Oliveira, porque o Kenon foi uma pessoa que passou a vida inteira lutando para que pudéssemos ter áreas como essa, fazendo isso que essa área vai fazer a partir dessa decisão da Syngenta e do Governo do Estado do Paraná através do Governador Roberto Requião.

Então, me parece que essa seria uma homenagem, que vamos fazer através de um processo de indicação. Já de antemão, Deputado Romanelli, convidamos todos os Deputados que queiram assinar, porque acho que a nossa história passa a ser escrita também por aqueles que tombaram para que pudéssemos ter uma história diferente, e não apenas pelo lado daqueles que sempre, ou normalmente são os vencedores. Então, espero que o Kenon seja homenageado por toda a Assembléia Legislativa.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Apenas para dizer o seguinte, para ver como as coisas são, quando o Deputado Elio Rusch me convidava para fazer uma visita lá eu não fui, porque eu recebi

naquele momento de algumas pessoas ligadas à Syngenta, para que conversasse com o Governador. E eu via que era uma questão ideológica, porque a Syngenta foi uma das empresas que mais desenvolveu pesquisa para a soja convencional que o Governo defende, e não para a soja transgênica.

Então, a Syngenta entrou na justiça, pegou aqui um brilhante advogado, que aliás ganhou a causa, e daqui a pouco inexplicavelmente a Syngenta chega lá e doa a área. Deveria devolver o dinheiro para a Assembléia que foi lá fazer uma comissão, investigar, etc e tal. Então, eu acho assim, por que eu não me meti nisso Deputado Veneri? Eu não me meti nisso sabe por quê? Porque as vezes o Governador Requião bate duro e depois as pessoas vão lá e se acertam.

Obrigado pelo aparte.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado Deputado Zucchi. Mas de qualquer forma, respeitando a sua intervenção, continua aqui o nosso reconhecimento porque acho que é uma luta dos trabalhadores rurais e que essa área possa ser nominada como a área do Kenon, área do Walmir Mota de Oliveira, que foi uma das pessoas que mais lutou para que nós pudéssemos ter a agroecologia, a agricultura sem defensivos agrícolas no Paraná.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB. PDT. PMDB. Bloco PPS/PMN.Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Essa Presidência com satisfação registra a presença do Sr. José Pochapski de Campo Mourão, juntamente com o Sr. Pedro, com o Jair Elias, o escritor que lançou um livro extraordinário hoje sobre a história do professor Bento Munhoz da Rocha; de igual maneira o nosso sempre Deputado Rubens Bueno. Campo Mourão hoje está altamente representada nesta Casa.

Com a palavra o nobre campo-mouroense Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje é um dia importante. Hoje é 15 de outubro - Dia dos Professores.

Quero começar agradecendo a presença do Presidente do PPS Rubens Bueno. Agradecer também a presença do professor José Pochapski. Fui candidato a Prefeito em Campo Mourão, e tive como vice o professor José Pochapski. Dois pobres, dois simples. E acabei perdendo a eleição. Perdemos por 281 votos.

E ouvia das pessoas que venderam voto. Pensei assim: se vendeu o voto o que posso fazer? Não comprei voto de ninguém. E se alguém se elegeu comprando voto,

que pese na consciência de quem vendeu e de quem comprou. Depois na sequência me elegi Deputado Estadual, graças a Deus e ao povo.

E agora o professor José Pochapski se elegeu Vereador de Campo Mourão. Ele é ex-Prefeito de Campo Mourão. Vou contar a história dele um pouco. Ele fez 2 mil e 38 votos em Campo Mourão, na sola do chinelo. Pedindo voto para todo mundo, andava de casa em casa desde cedo até de noite. E a eleição de Vereador é a mais difícil que existe.

Quero aproveitar a presença do professor José e prestar esta homenagem a todos os Vereadores do PPS e de outros partidos, que se elegeram e que possam estar cumprindo com seu mandato e fiscalizando, que é o principal papel do Vereador.

Hoje também contamos com a visita ilustre do historiador Jair Elias. Está lançando este importante livro - Palácio Iguaçu Coragem de Realizar de Bento Munhoz da Rocha Neto. Não é só esta obra dele que podemos destacar. Tem outra que chama-se - Horácio Amaral Exemplo e Desafio; a Evolução e a História de Campo Mourão, a História da Câmara Municipal de Campo Mourão, com dois volumes de 1947 a 1963 e de 1964 a 1976. Também Campo Mourão no Japão - Centenário da Imigração em Campo Mourão. E ele é membro da Academia de Letras de Campo Mourão, historiador e escritor.

Muito obrigado Jair Elias pela sua presença. E parabéns por tantas obras e belíssimas iniciativas. Continue assim levando o nome de Campo Mourão, não só para o Paraná, Brasil e para o mundo com sua inteligência, com sua forma de pensar, com sua forma de ser.

Voltando a falar um pouco mais sobre os professores, eu ouvi alguns Deputados fazendo pronunciamentos e dizendo das conquistas dos professores, dos avanços deste Governo. É bom lembrar que cada conquista desta, teve a participação efetiva dos Deputados de Oposição aqui nesta Casa. Se pensarmos no Plano de Cargos, Carreira e Salários que os professores tiveram este ano, que foi do Governo Roberto Requião, teve o apoio da Bancada de Oposição. Além de votar a favor, não só o Deputado Douglas Fabrício como tantos outros cobramos para que isso acontecesse.

É bom lembrar, também, que se falou em aumento de salário para os professores, mas só lamento que esses aumentos geralmente acontecem em época de campanha eleitoral. Por que não acontecem essas diferenciações de salário sempre? Acontece só em época de campanha eleitoral! Nós também apoiamos. É bom lembrar que, há três meses, antes da campanha eleitoral, o mesmo Governo que deu aumento de 10%, depois não queria dar aumento dos 15%, dos 18% que propusemos nas emendas aqui.

Lembrando, nós propusemos emendas àquele projeto do Governo que deu 5% de aumento geral para o estado do Paraná, para os funcionários públicos, e apresentamos uma emenda para os professores e outra para os policiais militares, e não conseguimos o reajuste naquela oportunidade. Diziam que éramos demagogos, que querí-

amos aparecer. Só que passado um tempo, o mesmo Governo que não quis dar o aumento dos 15% deu aumento de 10%, só que daí estava mais próximo da eleição e queria fazer média não só com os professores, assim queria fazer média para poder ganhar a eleição em alguns municípios. Enfim, deu o aumento, aprovamos, espero que os professores recebam e precisa valorizar cada vez mais os professores.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Já receberam, Exa. Só para poder informar a V. Exa. dia 30 de setembro todos os professores receberam.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Receberam o aumento então antes da eleição: dia 30 de setembro.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Damos sempre os aumentos para os professores receberem e temos a maior felicidade. Quinze por cento este ano.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Quero ver no ano que vem, quanto será de aumento para os professores. O ano que vem que não vai ter eleição, é bom lembrar, vamos ver quanto vai ser de aumento para os professores. No ano que vem não tem eleição! Vamos ver se vai ter a mesma coerência, de valorizar os professores como valorizou neste ano, que era ano de eleição, porque é muito fácil chegar e falar: "Olha, estamos dando aumento." Quero saber de aumento para os policiais militares também. Está fazendo uma reforma tributária.

Estamos cobrando aumento para os policiais militares para melhorar a segurança. Queremos ver bem, claramente, essa reforma tributária. Está um zun-zun por aí, que vai baixar de 95 mil itens, mas por outro lado vai aumentar imposto de outros. Quer dizer, se vai aumentar imposto significa dizer que vai tirar dinheiro da população e vai tirar de todo mundo. Por isso, dessas Audiências Públicas, conforme o Deputado Durval Amaral já anunciou aqui, que vamos discutir. Vou ficar de olho, para o ano que vem, para saber quanto vai ser dado de aumento de salário para os professores, porque os professores merecem aumento todos os anos, não só em ano de eleição. Por isso, estou vindo aqui parabenizar, hoje, que é o dia dos professores, parabenizar os professores.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Queria dizer o seguinte, prezado Deputado Douglas: entendo que o professor Rubens Bueno está aqui hoje e V. Exa., como um diligente Deputado do PPS, quer demonstrar ao professor Rubens que V. Exa. tem seguido as lições do PPS nesta tribuna. Até de forma incomum elevou um pouco o tom das críticas, mas quero dizer a

V. Exa. que em 2007 não houve eleição e qual foi o reajuste dos professores? Dezesete por cento. Neste ano, já tivemos de cinco, mais 10, são 15%. Temos certeza, por lei votada inclusive por V. Exa., que no dia 1º de maio do ano que vem já tem um reajuste para os professores, que será a correção do processo inflacionário, que queremos dar mais, mas V. Exa. já sabe: ano que vem tem de novo reajuste para os professores.

Então, entendo que a presença do professor Rubens Bueno, aqui, para nós é uma alegria muito grande. Quero aqui me juntar com V. Exa. e parabenizar os professores por esse seu dia. Mas, foi feliz V. Exa. lembrar dos nossos mestres e mestras nesta tarde do dia 15 de outubro.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Muito obrigado, Deputado Romanelli.

Quero agradecer a presença do escritor Pedro da Veiga que está aqui conosco também, é uma honra recebê-lo.

Para concluir, Sr. Presidente, dizer que vamos estar aqui de olho para ver se no ano que vem, o Governador Roberto Requião dará aumento diferenciado para os professores, porque o ano que vem não é ano de eleição, e eu gostaria muito que os professores ganhassem, fossem valorizados para continuarem a fazer um bom trabalho. Valorizando a educação estaremos valorizando o futuro.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo.

(Declina).

Liderança da Oposição: com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, eu não iria usar o horário hoje da Oposição, nem do Pequeno Expediente, nem do Grande Expediente, mas o Líder do Governo, Deputado Romanelli, após a sua manifestação faz com que eu venha a esta tribuna fazer algumas considerações e até algumas correções, no nosso entender, que são necessárias serem feitas, para que não existam dúvidas ou que não exista o contraditório em relação a esta reforma tributária que foi enviada à Assembleia Legislativa.

O Deputado Romanelli foi enfático, quando ele disse que ele ouviu, através dos técnicos da Secretaria da Fazenda, a afirmação que determinado produto, ou seja, um remédio que custa hoje com a alíquota de 18%, o consumidor pagaria R\$ 150 e com a redução dessa alíquota, o consumidor pagaria R\$ 139, em números redondos. Disse também que o produto de higiene que custa R\$ 135 baixaria para R\$ 125. Falou também o Líder do

Governo, que uma geladeira que hoje o consumidor compraria por R\$ 1 mil e 800, ele pagaria algo em torno de R\$ 1 mil e 670, um desconto de R\$ 130, em números redondos.

Ora, Srs. Deputados, isso se o desconto, se a redução da alíquota proposta pela mensagem do Governo de 18% para 12% efetivamente seja transformada em desconto para o consumidor. Porque nesta mensagem que veio à Assembleia Legislativa não existe nenhum mecanismo, nenhuma justificativa e nem no projeto de lei, Deputado Carli, que esse desconto da alíquota do ICMS que o Governo do Estado tem algum mecanismo para fiscalizar as empresas que recolhem o ICMS, que esse desconto chegue à ponta, ou chegue ao consumidor.

E aí, ouvi o brilhante pronunciamento do Deputado Caíto Quintana, quando ele disse que existem questões que têm que ser analisadas. Primeira questão: estou enaltecendo o pronunciamento feito pelo Deputado Caíto Quintana, ele disse, primeiro, o estado haverá de ter com essa reforma tributária um aumento de ICMS em determinados produtos. Segundo: haverá uma redução na receita do estado em outros produtos, palavras do Deputado Caíto Quintana. Terceira questão: levantada pelo Deputado Caíto Quintana em relação ao consumidor, e aí eu faço a complementação, em relação ao pronunciamento do Deputado Caíto Quintana. Ao consumidor cabe o seguinte, posso afirmar que todos nós temos certeza absoluta, que o aumento proposto na mensagem governamental chegará na ponta e o consumidor vai pagar. Isso é líquido e certo, assim como dois mais dois são quatro ou dois e dois são 22, assim também o aumento proposto na alíquota do ICMS sobre energia elétrica, telefone, combustível, cigarro e bebida alcoólica chegará na ponta, porque não tem como sonegar. E o consumidor vai pagar.

Outra colocação em relação ao consumidor é a questão da dúvida. Se efetivamente essas empresas, que vão ter o benefício do desconto do ICMS, da alíquota, se eles vão repassar isso para o consumidor. Volto a afirmar aquilo que o Líder do Governo disse na tribuna, que esse desconto chegaria ao consumidor. Como é que podemos afirmar isso? Ele disse que a própria concorrência vai se encarregar disso. Se vamos falar em concorrência, qualquer Deputado, qualquer cidadão do Paraná, os nossos valorosos jornalistas, a imprensa aqui presente, vamos nós no dia de hoje ou amanhã, vamos a qualquer grande loja ou supermercado fazer uma tomada de preço, seja de margarina, de panela, de eletrodoméstico, com toda certeza vamos encontrar uma variação maior entre uma empresa e outra, do que aquilo que o Governo propõe de desconto de ICMS.

Não quero me tornar repetitivo. A nossa preocupação é uma só, se isso chega ao consumidor ou não, para que não venha acontecer aquilo que aconteceu anos atrás aqui no Paraná. Quando votamos uma lei retirando o ICMS sobre a venda a prazo. Isso chegou ao consumidor? Não. Não chegou o desconto ao consumidor. Ficou com alguém. Será que a mesma coisa não pode acontecer,

agora, Srs. Parlamentares? Vamos aumentar apenas o lucro. Aí vem a pergunta inteligentemente, levantada pelo Deputado Valdir Rossoni, quando ele disse se for implantado.

O Paraná tem implantado o Simples na pequena empresa, que é um excelente programa. Foi uma grande jogada do Governador. Milhares e milhares de empresas estão no Simples e pegam de acordo com o seu faturamento. Se vamos retirar o ICMS sobre os grandes, qual a vantagem que terá o pequeno comerciante, as milhares de empresas que existem no estado do Paraná? Pergunto a qualquer um dos Srs. Parlamentares que são do interior. Deputado Plauto, V. Exa. que é de uma cidade maior, Ponta Grossa. Quantas empresas existem em Ponta Grossa, que não são microempresas? Noventa e cinco por cento, noventa por cento. As empresas em Ponta Grossa estão no sistema Simples. Essas mercadorias elencadas na mensagem governamental, já estão contempladas pelas empresas do Paraná. Esse é o cuidado que se deve ter.

Por causa disso é de fundamental importância as Audiências Públicas.

Concedo um aparte, prazerosamente, ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Elio Rusch, o senhor como Líder da Oposição nesse momento, quando ocupa a tribuna nesta Casa, traz uma matéria importantíssima. O Governador encaminha à Assembléia uma reforma tributária. Uma matéria complexa, que tem que ser altamente estudada.

Pessoalmente, amanhã, estarei com um tributarista para poder levantar quem é que está ganhando, quem é que está perdendo, para que possamos nos aprofundar. As Audiências Públicas são muito importantes. Mas temos que chamar para as audiências também os representantes da população, do consumidor. Para que possa o debate sair entre o Governo, empresários, representantes dos consumidores que aqui representamos como um todo, para que possamos nos aprofundar.

Quando se manda uma matéria, uma reforma tributária, o Governo encaminhou, com certeza o Governo está fazendo com que a arrecadação dos cofres públicos possa aumentar. Temos que ver, vamos nos aprofundar e acredito, Sr. Presidente, o senhor que determina que o debate se abra com todos os paranaenses, que possamos nos aprofundar, região por região. A nossa cidade de Ponta Grossa vai receber os Deputados desta Casa e, queremos neste debate saber quem ganha e quem perde.

Obrigado Deputado Elio.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para concluir, Sr. Presidente, apenas dizer o seguinte: para a empresa que vai se beneficiar da redução da alíquota do ICMS, essa mesma empresa terá o aumento da alíquota do ICMS na energia elétrica, sobre

as telecomunicações, porque hoje as grandes empresas usam o cartão, o fax.

Deputado Romanelli, penso no povo. E V. Exa. não pode chegar aqui na tribuna e afirmar que haverá desconto. Agora, uma certeza temos sim, como disse muito bem o Deputado Caíto Quintana, volto a dizer: o Governo deixa de arrecadar em determinados produtos, mas vai arrecadar muito em outros. E uma certeza absoluta que temos, alguém disse: “Não haverá aumento na carga tributária”! Haverá sim. Em determinados produtos. Há empresários que só têm aumento de carga tributária. O posto de gasolina é um. Só tem aumento em todos os produtos que ele vende. O posto de gasolina terá 2% de aumento do ICMS, 2% da energia elétrica que consome, 2% sobre o telefone, 2% sobre transmissão de dados, que vai usar a comunicação. Ele se beneficia no quê? Em absolutamente nada.

Estou citando um segmento, poderia citar outros também. Mas, como é um tema que está a uma semana aqui na Assembléia, e no Governo estava a mais de meio ano, temos dois meses, no mínimo para que possamos discutir esse projeto com a sociedade do Paraná. E parabenizar o Presidente da CCJ pela iniciativa de fazer essas Audiências Públicas. Embora, ache que três Audiências Públicas são poucas.

Agradeço, muito obrigado.

(Conversas paralelas)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só quero dizer o seguinte, é hora de pensar no povo. A elite desse país e desse estado, temos que pensar no povo um pouco. Vamos ter um pouco de complacência com o povo.

Amanhã falo o que o neoliberalismo e a direita pensa em relação ao povo.

(Conversas paralelas)

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, desculpe, mas o Deputado Romanelli após o encerramento do meu pronunciamento fez colocação e eu não posso deixar de responder. Acredito que os 54 Deputados pensem no povo. Por essa razão que queremos discutir esse projeto com a sociedade e, para fazer a nossa conclusão. Por esta razão apresentamos um requerimento solicitando as informações necessárias. As classes C, B, E, a classe pobre, Deputado também consome energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrado o Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 055/08, subscrito pelo Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a disponibilização do plenarinho desta Casa no dia 26 de novembro, das 10h às 13h, para realização de Audiências Públicas acerca do Projeto de Lei nº 402/08. **À Comissão Executiva.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, comunicando sua ausência da Sessão Plenária do dia 15/10/08, para tratar de assuntos particulares. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 253/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde a implantação de uma Clínica da Mulher no município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 254/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN - PR, que disponibilize ao usuário a opção de poder escolher em receber a Carteira Nacional de Habilitação em seu endereço residencial ou comercial, via correio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 255/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a implantação de linha de ônibus de Mirador até Paraíso do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 256/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, recape asfáltico na rodovia PR-559, trechos do trevo de Paraíso do Norte até Mirador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2732, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 15 e 16 do corrente mês, devido a compromissos assumidos anteriormente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 239/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 313/08, que estabelece as delimitações das circunscrições imobiliárias da comarca de entrância final de Maringá, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 239/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam estabelecidas as delimitações territoriais das circunscrições do 1º, 2º, 3º e 4º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Entrância Final de Maringá, em razão da criação do 4º Serviço de Registro de Imóveis, pela Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, modificando o perímetro urbano e rural das referidas circunscrições, que passam a ter as seguintes delimitações:

1º Serviço de Registro de Imóveis

1ª Parte: A circunscrição territorial do 1º Serviço de Registro de Imóveis, abrange da divisa de comarca Maringá - Sarandi, na Estrada de Ferro R.F.F.S.A., segue pela Estrada de Ferro R.F.F.S.A., até a avenida Tuiuti, segue por esta até a Praça Abílio Souza Naves, contornando por esta até avenida Laguna, segue por esta até a avenida Juscelino K. de Oliveira, segue por esta até a avenida Anchieta, segue por esta até a rua Otavio Perioto, segue por esta até a Rua Santos Dumont, segue por esta até a avenida Herval, segue por esta até a avenida Tamarandá, segue por esta até a avenida Duque de Caxias, segue por esta até a rua Joubert de Carvalho, segue por esta até a avenida Paraná, segue por esta até a avenida Prudente de Moraes, segue por esta até a avenida São Paulo, segue por esta até a praça Ouro Preto, contornando por esta, até a avenida Morangueira, segue por esta até a Praça Vila Rica, contornando por esta, segue por esta até a avenida Morangueira na cidade de Maringá, segue por esta até a rodovia PR-317, segue por esta até o rio Pirapó, segue por esta até o ribeirão Sarandi, segue por este faz a divisa da comarca de Sarandi, até a desembocadura no córrego Guaipó, segue por este até encontrar a divisa do lote nº 277, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 277 e 278 até encontrar a estrada de rodagem que liga Maringá a Sarandi, segue por esta até a divisa do lote nº 558, segue dividido nesta linha seca com a comarca de

Sarandi, até encontrar o ponto de partida ou seja a Estrada de Ferro R.F.F.S.A.

1º Serviço de Registro de Imóveis

2ª Parte: A circunscrição territorial do 1º Serviço de Registro de Imóveis, abrange da divisa do lote nº 300 com a rodovia PR-317 em Maringá, até a estrada oficial que liga Maringá - Campo Mourão, segue por esta até a divisa do lote nº 69-E, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 69-E e 70-A, 70, até o Córrego Patú, segue por esta até a divisa do lote nº 26-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 26-A e 27, até uma estrada, atravessando esta, segue por uma linha seca que divide os lotes nº 21-B e 21-A, até o Ribeirão Paiçandú, segue por esta até a divisa do lote nº 316-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 316-A e 1, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 443, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 443 e 317, atravessando a Estrada de Ferro R.F.F.S.A e ainda em linha seca que divide os lotes nº 450 e 317, até o Ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por esta até a divisa do lote nº 63, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 63 e 62-D, até a Estrada Oficial para Paiçandú, segue por esta até a divisa do lote nº 299, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 299 e 300, até o ponto de partida, ou seja a rodovia PR-317.

2º Serviço de Registro de Imóveis

A circunscrição territorial do 2º Serviço de Registro de Imóveis, abrange da divisa da comarca de Maringá - Sarandi, na Estrada de Ferro R.F.F.S.A., segue por uma linha seca, até a cabeceira do Ribeirão Pingüim, segue por esta até a sua desembocadura no Rio Ivaí, subindo por este até a divisa do lote nº 65, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 65 e 66, até uma estrada oficial que liga à Floresta, segue por esta até a divisa do lote nº 73, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 73 e 74 até o córrego Taquaruçu, segue por este até a divisa do lote nº 85, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 85 e 84-A, até a estrada oficial que liga Ivatuba - Floriano, segue pela mesma, até a estrada oficial que liga Maringá - Campo Mourão, segue por esta estrada, até a Rodovia PR-317, segue por esta até a rua José Antonio Pires em Maringá, segue por esta até a rua Waldomiro Beloti, segue por esta até o córrego Borba Gato, segue por este até a rua dos Pinheiros, segue por esta até a rua das Azaléias, segue por esta até a avenida Luis Teixeira Mendes, segue por esta até a avenida Carlos Correia Borges, segue por esta até a rua Papa João I, segue por esta até o córrego Bety, segue por esta até a rua 22 de Maio, segue por esta até a estrada Bety, segue por esta até a rua Marília, segue por esta até o córrego Bety, segue por este até a confluência com o córrego Cleópatra, segue por esta até a rua nº 1, segue por esta até a rua 6 de Janeiro, segue por esta até a travessa Iroi, segue por esta até a Avenida Euclides da Cunha, segue por esta até a rua Visconde de Nacar, segue por esta até a avenida Luiz Teixeira Mendes, segue por esta até a praça dos Expedicionários, contornando por esta até a avenida Rio Branco, segue por esta até a praça

Manoel Ribas, contornando por esta até a avenida Cidade de Leiria, segue por esta até a praça José Bonifácio, contornando por esta até a avenida Brasil, segue por esta até a avenida Getúlio Vargas, segue por esta até a avenida XV de Novembro, segue por esta até a avenida Herval, segue por esta até a avenida Papa João XXIII, segue por esta até a avenida Cerro Azul, segue por esta até a praça Pedro Álvares Cabral, contornando por esta, até a avenida Cerro Azul, segue por esta até a praça Todos os Santos, contornando por esta até a avenida Juscelino K. de Oliveira, segue por esta até a avenida Laguna, segue por esta até a praça Abílio Souza Naves, contornando por esta, segue até a avenida Tuiuti, segue por esta até a Estrada de Ferro RFFSA, segue por esta até o ponto de partida ou seja, a divisa da comarca de Maringá com Sarandi.

3º Serviço de Registro de Imóveis

A circunscrição territorial do 3º Serviço de Registro de Imóveis, abrange do cruzamento da Estrada de Ferro RFFSA com a avenida Harry Prochet, na cidade de Maringá, segue por esta até a estrada Araçá, segue por esta até a rodovia BR-376, segue por esta até a avenida João Pereira, segue por esta até a rua Marcelo Emerson Franchin, segue por esta até o ribeirão Maringá, segue por esta até a rua Pion. José Lopes de Covos, segue por esta até a avenida Sabiá, segue por esta até a divisa do lote nº 65, daí segue por uma linha seca, que divide os lotes nº 65 e 65-A até o córrego Ibipitanga, segue por este até a divisa do lote nº 53-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 53-A e 68, 69 e 86, até a estrada Oficial, segue por esta até a divisa do lote nº 139, segue em linha seca que divide os lotes nº 138 e 139, até o córrego Buriqui, segue por este até a confluência do ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por este até o lote nº 58, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 58 e 57 B, até a estrada São Bento atravessando por esta segue por uma linha seca que divide os lotes nº 57-A e 57-B, até o córrego Pixiricussu, segue por este até a divisa do lote nº 9-C, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 9-C e 63-D, 63-E, 197 a 203, até a estrada São Domingos, segue por esta até a divisa do lote nº 10-C, daí segue uma linha seca que divide os lotes nº 10-C e 11, até o Córrego Piracaúba, segue por este até a divisa do lote nº 217, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 217 e 216-A, até uma estrada, segue por esta até o lote nº 6-B, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 6-B e 6-A, até o ribeirão Chapecó, segue por este até a linha seca divisa dos lotes nº 245 e 1, segue por uma linha seca dividindo com a comarca de Mandaguaçu até o ribeirão Centenário, segue por este até a sua desembocadura no ribeirão Atlântique, segue por este até a sua desembocadura com o rio Pirapó, segue por este até a confluência com o ribeirão Maringá, segue por este até a estrada Miosótis, segue por esta até a avenida Kakogawa em Maringá, segue por esta até a avenida Morangueira, segue por esta até a avenida São Paulo, segue por esta até a avenida Prudente de Moraes, segue por esta até a avenida Paraná, segue por esta até a Estrada de Ferro

RFFSA, segue por esta até o ponto de partida ou seja o cruzamento da Estrada de Ferro RFFSA com a avenida Harry Prochet, na cidade de Maringá.

4º Serviço de Registro de Imóveis

1ª Parte: A circunscrição territorial do 4º Serviço de Registro de Imóveis, abrange do cruzamento da avenida Harry Prochet, na cidade de Maringá, com a Estrada de Ferro RFFSA, segue por esta até a avenida Paraná, segue por esta até a rua Joubert de Carvalho, segue por esta até a avenida Duque de Caxias, segue por esta até a avenida Tamandaré, segue por esta até a avenida Herval, segue por esta até rua Santos Dumont, segue por esta até a rua Otávio Periotto, segue por esta até a avenida Anchieta, segue por esta até a avenida Juscelino K. de Oliveira, segue por esta até a praça Todos os Santos, contornando por esta até a avenida Cerro Azul, segue por esta até a praça Pedro Álvares Cabral, contornando por esta até a avenida Cerro Azul, segue por esta até a avenida Papa João XXIII, segue por esta até a avenida Herbal, segue por esta até a avenida XV de Novembro, segue por esta até a avenida Getúlio Vargas, segue por esta até a avenida Brasil, segue por esta até a praça José Bonifácio, contornando por esta até a avenida Cidade de Leiria, segue por esta até a praça José do Patrocínio, contornando por esta até a avenida Rio Branco, segue por esta até a praça dos Expedicionários, contornando por esta até a avenida Luiz Teixeira Mendes, segue por esta até a rua Visconde de Nacar, segue por esta até a avenida Euclides da Cunha, segue por esta até a travessa Iroi, segue por esta até a rua 6 de Janeiro, segue por esta até a rua nº 1, segue por esta até o córrego Cleópatra, segue por este até a confluência com o córrego Bety, segue por este até a rua Marilha, segue por esta até a estrada Bety, segue por esta até a rua 22 de Maio, segue por esta até o córrego Bety, segue por este até a rua Papa João I, segue por esta até a avenida Carlos Correa Borges, segue por esta até a avenida Luiz Teixeira Mendes, segue por esta até a rua das Azaléias, segue por esta até a rua dos Pinheiros, segue por esta até o córrego Borba Gato, segue por esta até a rua Waldomiro Beloti, segue por esta até a rua José Antonio Pires, segue por esta até a rodovia PR-317, segue por esta até o lote nº 300, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 300 e 229, até a estrada oficial para Paicandu, segue por esta até a divisa do lote nº 63, daí segue em linha seca dividindo o lote nº 63 e 62-D, até o córrego Buriqui, segue por este até confluência com o ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por este até a divisa do lote nº 450, daí segue por uma linha seca dividindo os lotes nº 450 e 449, atravessando a Estrada de Ferro RFFSA, ainda em linha seca dividindo com os lotes nº 443 e 442, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 316-A e 1, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 341 e 1, até o ribeirão Paissandu, segue por este até a divisa do lote nº 21-B, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 21-B e 21-A, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 26-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 26-A e 27, até o córrego Patú, segue por este até a divisa do lote nº 69-E, daí segue por uma linha seca que

divide os lotes nº 69-E e 70, 70-A, até a estrada oficial, segue por esta, até a divisa do lote nº 84-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 84-A e 85, até o córrego Taquaruçu, segue por este até a divisa do lote nº 74, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 74 e 73, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 65, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 65 e 66, até o rio Ivaí, segue por este até o ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por este até a sua desembocadura no ribeirão Chapecó, segue por este até a divisa do lote nº 6-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 6-A e 6-B, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 217, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 217 e 216-A, até o córrego Piracaúba, segue por este até a divisa do lote nº 11, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 11 e 10-C, até a estrada São Domingos, segue por esta até a divisa do lote nº 9-C, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 9-C e 203 a 63-D, até ao córrego Pixiricussú, segue por este até a divisa do lote nº 57-B, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 57-B e 57-A, até a estrada São Bento, atravessando esta segue por uma linha seca que divide os lotes nº 58 e 57-B, até o ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por este até a confluência do córrego Buriqui, segue por este até o lote nº 138, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 138 e 139, até a estrada oficial, segue por esta até a divisa do lote nº 86, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 86, 69, 68 e 53-A até o córrego Ibipitanga, segue por este até a divisa do lote nº 65-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 65-A e 65, até a avenida Sabiá em Maringá, segue por esta até a rua Pion, José Lopez de Covos, segue por esta até o ribeirão Maringá, segue por este até a rua Marcelo Emerson Franchini, segue por esta até a avenida João Pereira, segue por esta até a rodovia BR-376 que liga Maringá a Mandaguaçu, segue por esta até estrada Araçá, segue por esta até a avenida Harry Prochet, segue por esta até o ponto de partida ou seja a Estrada de Ferro RFFSA com a avenida Harry Prochet, na cidade de Maringá.

4º Serviço de Registro de Imóveis

2ª Parte: A circunscrição territorial do 4º Serviço de Registro de Imóveis, abrange da divisa da comarca de Maringá - Astorga, na ponte do rio Pirapó, segue pela rodovia PR-317, até a avenida Morangureira em Maringá, segue por esta até a praça Vila Rica, contornando por esta até a avenida Morangureira, segue por esta até a avenida Kakogawa, segue por esta até a estrada Miosotis, segue por esta até o ribeirão Maringá, segue por este até a sua desembocadura com o rio Pirapó, segue por este até o ponto de partida, ou seja, a divisa da comarca de Maringá - Astorga, na ponte do rio Pirapó.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Judiciário, decorrido o prazo de três anos da instalação da 4ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Maringá, a reavaliar o equilíbrio econômico entre as quatro circunscrições imo-

biliárias da aludida comarca, de forma que se preserve a distribuição equitativa dos serviços.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/10/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, anexo Projeto de Lei nº 851/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de carrinhos motorizados para deficientes físicos, idosos e gestantes em centros comerciais, shopping centers, hiper e supermercados, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo geral da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a participação e defesa do usuário dos serviços públicos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCDC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/08, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Basquetebol de Realeza - APAB. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/08, de 31/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 117/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Basquetebol de Realeza - APAB, com sede e foro no município de Realeza/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação diante destas leis.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, a correta denominação da associação que se pretende declarar de utilidade pública é a Associação de Pais e Amigos do Basquetebol de Realeza/PR - APAB Realeza. Além disso, vale ressaltar que o artigo 2º ao dispor: revogadas as disposições em contrário, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina:

Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto ao previsto no estatuto social da referida associação, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 117/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Basquetebol de Realeza/PR - APAB Realeza, com sede e foro no município de Realeza/PR.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas - AMAI, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/08,**

de 02/06/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 242/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, declara de utilidade pública a Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas - AMAI, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/08, de 06/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 338/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari, com sede e foro no município e comarca de Mandaguari.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, o correto nome do asilo que se pretende declarar de utilidade pública é Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari - Obra Unida. Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto previsto no Estatuto Social da referida associação, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Associação Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 338/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari - Obra Unida, com sede e foro no município e comarca de Mandaguari.”

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/08, de autoria da Comissão do Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de setembro de 2008. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/08, de 01/08/08, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 075/08

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 075/08, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de setembro de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04.

Examinados os documentos entregues, conclui este Relator, que as despesas constantes da proposição supracitada, encontram-se exatas, dentro da legislação em vigor e da regulamentação que as rege, concluindo pelo parecer favorável.

É o parecer favorável - Aprovado.

Sala das Comissões, em 08/10/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
PLAUTO MIRÓ - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/08, de autoria da Comissão do Tomada de Contas, que aprova a prestação e contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2007. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/08, de 01/08/08, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 074/08

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a Proposição nº 074/08, que trata da prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2007, compreendendo: Relatório Anual das Atividades, Controle da Receita e Despesa Orçamentárias em atendimentos a legislação vigente, de acordo com a Instrução Normativa nº 07/06, artigo 5º, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A matéria foi rigorosamente examinada, com apuração detalhada do Relatório Anual das atividades que compõe o Controle da Receita e Despesa Orçamentárias desta Casa e demais peças a ela anexadas, chegou-se à conclusão que as contas apresentadas estão exatas, não encontrando óbice legal e regimental que as desabone, deliberando pela aprovação da proposição acima.

Isso exposto, decide este Relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - Aprovado.

Sala das Comissões, em 08/10/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

Requerimentos

SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2683, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Romanelli.

SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, entendo que o pedido de informações do Deputado Jocelito cumpre as formalidades, porque é um pedido de liberação de recursos. Entendo que o Governo tem até interesse em prestar esse esclarecimentos, em função da licitude, da correção com que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, especialmente o Secretário Luiz Forte Neto sempre se comportou e se conduziu nos negócios que envolvem a área de financiamentos a municípios.

Então, entendo que é oportuno que se, de fato, possa aprovar o requerimento, e o Secretário Forte Neto vai poder oferecer a resposta e vai mostrar a transparência absoluta e a correção na aplicação, na boa aplicação dos recursos públicos, que neste caso vem pelo município de Ponta Grossa, através da sua Prefeitura.

Era isso.

SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Queria agradecer ao nosso Líder, Deputado Romanelli, só para esclarecer que essa obra é da estação rodoviária de Ponta Grossa e queremos tirar algumas dúvidas que, a princípio, a rodoviária está sem alvará, sem habite-se, tem um pedaço do financiamento que não foi pago porque o empreiteiro não terminou as obras, a Prefeitura fez algumas obras por conta, e queremos esclarecer porque é dinheiro público do Paraná Urbano.

É o nosso papel aqui como Deputado. Espero que o Secretário informe o quanto antes quanto falta para pagar e quais os motivos que não pagou.

Muito obrigado.

SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, informa o que confirmam as minhas informações. A rodoviária está inaugurada, já está funcionando inclusive.

Vamos prestar todos os esclarecimentos ao Deputado Jocelito.

SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está **aprovado** o requerimento do Deputado Jocelito.

Requerimento nº 2710, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2711 a 2714, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2715 a 2727, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2728 a 2730, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2731, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2734, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2736, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2733, de autoria dos Deputados Edgar Bueno, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Encaminho favoravelmente, Sr. Presidente. Tam-

bém tenho curiosidade de saber o quanto que o setor que comercializa o álcool hidratado recolhe de ICMS no estado do Paraná.

Pela ordem o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Como anunciei, Sr. Presidente, vamos fazer agora uma reunião técnica para organizarmos as Audiências Públicas nas cidades do interior.

Os Deputados que quiserem participar, na sala da Comissão de Constituição e Justiça, a partir deste momento.

SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Estão convidados os Srs. Deputados.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 032/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 117, 242 e 338/08; e dos Projetos de Resolução nºs 019 e 020/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 290 e 394/08.

Levanta-se a Sessão.

